

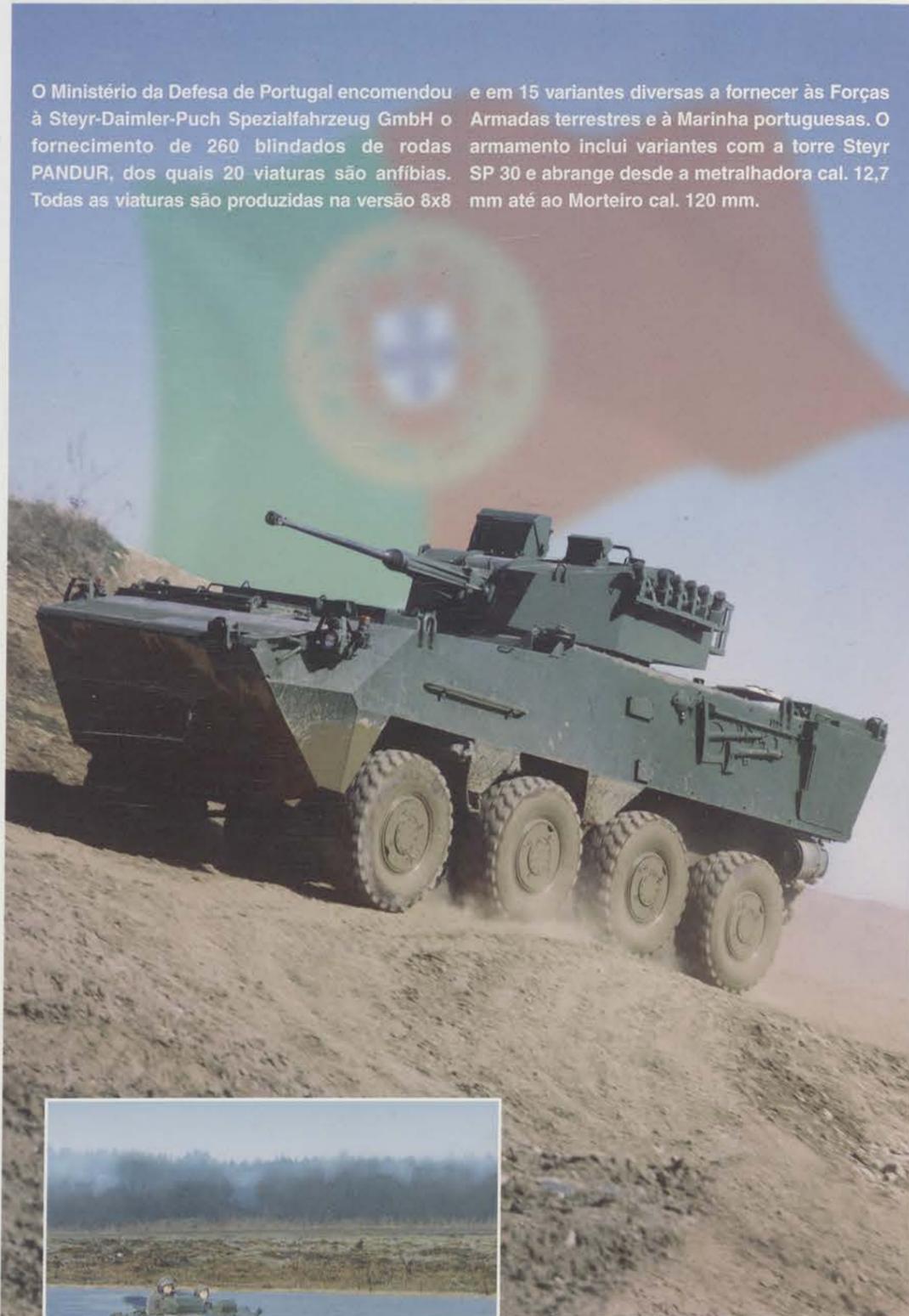


**Always ready for Operation
Now ready for Portugal**

GENERATION STEYR

O Ministério da Defesa de Portugal encomendou à Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH o fornecimento de 260 blindados de rodas PANDUR, dos quais 20 viaturas são anfíbias. Todas as viaturas são produzidas na versão 8x8

e em 15 variantes diversas a fornecer às Forças Armadas terrestres e à Marinha portuguesas. O armamento inclui variantes com a torre Steyr SP 30 e abrange desde a metralhadora cal. 12,7 mm até ao Morteiro cal. 120 mm.



STEYR-DAIMLER-PUCH
SPEZIALFAHRZEUG GMBH
A GENERAL DYNAMICS COMPANY

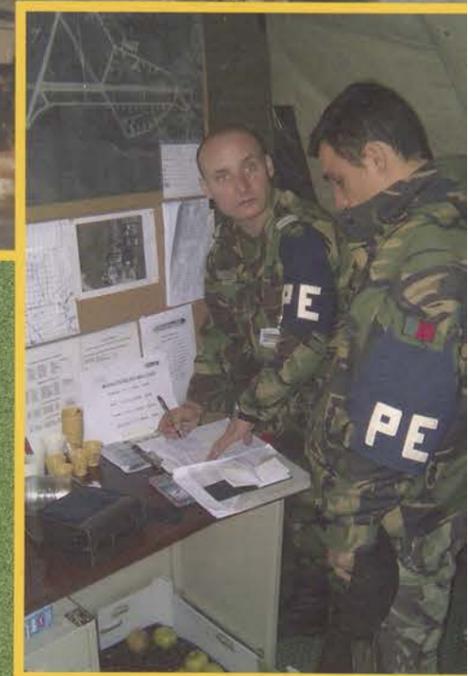
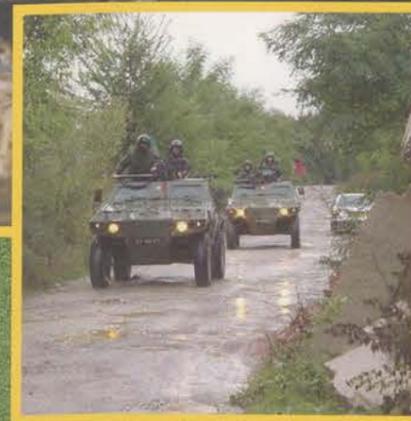
P.O.B. 100, A-1111 Vienna, Austria, Phone: +43-1-760 64
Fax: +43-1-769 81 49, Homepage: www.steyr-ssf.com



REVISTA

**da
CAVALARIA**

Revista Quadrimestral de Cavalaria | Abril 2007 | 3ª Série | Ano V | Nº 11



**Doutrina
da Cavalaria**



Sumário

■ Palavras do Director Honorário Cessante _____	3
Tenente General Velasco Martins	
■ Palavras do Director Honorário da Arma _____	5
Tenente General José Carlos Cadavez	
■ Editorial _____	5
MAJ Cav Miguel Freire	
■ Linha Editorial _____	6
■ «A Produção de Doutrina no Exército Português – Uma Perspectiva» _____	8
MAJ SM (Eng) Thó Monteiro	
■ «Effects Based Operations: Um Conceito Milenar Voltado para o Futuro» _____	12
COR Cav Xavier de Sousa	
■ «Reconhecimento e Carros de Combate: A doutrina da Cavalaria portuguesa no dealbar do século XXI.» _____	22
MAJ Cav Jorge Henriques	
■ «A Doutrina de Polícia do Exército» _____	30
MAJ Cav Alves de Sousa	
■ «Autometralhadoras, Carros de Combate e outros blindados: 60 anos ao serviço da Escola Prática de Cavalaria (1943-2003)» 2.ª Parte _____	34
Sr Luís Costa	
■ «Heyl Shirion – O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas: Os Anos de Formação 1948-1967 (3.ª Parte - 1966-1967)» _____	38
Dr. Humberto Oliveira	
■ «STRATORES - Tratadores Hipo» _____	48
SMOR Cav (Reforma) Fernando Severino Lourenço	
■ Livros / Artigos / Revistas / Sites _____	51
■ Crónica _____	56
CAP Cav Pedro Ferreira	
■ Resenha de Actividades das Unidades _____	58
■ Promoções/Nomeações/Óbitos _____	66

■ FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
MAJ Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Jorge Henriques

Redacção
CAP Pedro Ferreira
TEN Paulo Fernandes

Revisão
MAJ Miguel Freire
MAJ Jorge Henriques

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 lisboa
E-m@il:
revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Palavras do Director Honorário Cessante



Velasco Martins
Tenente-General

“Tempus est Optimus
judex rerum omnium”

O **Tempo**
O meu **Tempo**
O **Tempo** da Escola e do Liceu
O **Tempo** da Academia Militar e os Camaradas desse **Tempo**
O **Tempo** da Guerra do Ultramar
Os **Tempos** de Abril. Da descolonização, do “Verão quente” e do 25 de Novembro
O **Tempo** do retorno a um Exército Convencional
O **Tempo** das missões no estrangeiro
O **Tempo** das Regiões Militares e o **Tempo** da Transformação
O **Tempo** dos Regimentos com os nomes das povoações em que se localizavam e o **Tempo** das designações numéricas
O **Tempo** de Santarém e o **Tempo** da Escola em Abrantes
O **Tempo** do 7, do 4, do 1 ou do 8, do Grupo Divisionário ou da Brigada Mecanizada
O **Tempo** da Madsen e da Mauser ou da HK e da G-3, do barrete de bicos ou da boina preta, do uniforme cinzento, do camuflado ou do verde
O **Tempo** do General Martinho que pontualmente nos felicitava pelos anos, do General Ribeiro de Carvalho e do Coronel Homero Matos que me receberam na Arma e na Escola
O **Tempo** do Coronel Emiliano Fernandes, Calado, Fontes, Sousa Costa, Ferreira Coelho, Almeida e Brito, Paula Santos, Matos Guerra, Guimaraes da Costa, Estorninho, Ayala ou Sentieiro, que sucessivamente me Comandaram

TGEN VELASCO MARTINS
Director Honorário da Arma de Cavalaria que
cessou funções a 14 de Fevereiro de 2007.

Mas também o **Tempo** do Passos, do Victor Santos, do Vareta, do Couto, do Pinheiro, do Sousa, do Leal, do Brito, do Varregoso, do Talambas, do Freire, do Crispim, do Machado e dos respectivos Camaradas de Curso, que tive o privilégio de ajudar a formar
O **Tempo** ainda dos muitos Oficiais, Sargentos e Praças que em cada momento e em diferentes situações me honrei de Comandar
O **Tempo** dos fiéis Funcionários Cívicos e dos Camaradas do Quadro Permanente ou Milicianos que me deram o seu apoio e amizade desinteressados
O **Tempo** de todos e de cada um
O **Tempo**, algo que passa e nos marca, permanecendo na memória dos que como nós Cavaleiros nos regemos por valores morais
Tempo que não pára nem volta atrás

O meu **Tempo** de Director Honorário da Arma de Cavalaria pela marcha inexorável do **Tempo** terminou e foi o culminar de uma vivência “na Arma” que não esqueceréi

Tanto **Tempo** e foi tudo tão rápido!

Como diz um poema com que me cruzei no **Tempo** para ler que agora me sobra

“Com o **Tempo** faz mudança a sorte avara,
Com o **Tempo** se aniquila hum grande Estado,
Com o **Tempo** torna a ser mais eminente.

Com o **Tempo** tudo corre, tudo pára,
Mas só aquele **Tempo** que é passado,
Com o **Tempo** se não faz **Tempo** presente.”

Bem hajam

A Produção de Doutrina no Exército Português – Uma Perspectiva

“A elaboração de uma doutrina exige um trabalho contínuo, de pesquisa, avaliações e conclusões, dentro de uma intransigente objectividade.(...) Para fazê-lo os militares têm de empreender uma luta incessante contra o conservadorismo e contra a visão simplista de problemas complexos e difíceis.”

Marechal Castello Branco (Brasil)

INTRODUÇÃO

O processo contínuo de transformações que rege a dinâmica do mundo globalizado traz reflexos significativos para as forças armadas. “Os exércitos profissionais que desejem preservar a eficiência não se devem descuidar da actualização doutrinária e organizacional. Modificações na doutrina, entretanto, não devem ocorrer de maneira intempestiva, mas devem ser resultado de um processo de amplo debate e maturação de ideias” (Glenn, 1999).

MAJ SM (ENG) THÓ MONTEIRO
CID

A evolução do conhecimento militar, a permanente instabilidade da conjuntura internacional, a actual tipologia dos conflitos, a natureza das ameaças que se podem configurar, a globalização, a revolução tecnológica, “conduzem a uma vida efémera de alguns regulamentos e manuais, impondo uma permanente atenção às necessidades de actualização, adaptação ou até mesmo da criação dos suportes doutrinários ao emprego de forças” (Camilo, 2004).

Foi neste contexto que, em 2003, o então General CEME, General Valença Pinto, atribuiu a tarefa de “criação no âmbito do Comando da Instrução de uma Estrutura Organizativa Responsável pela Doutrina”¹ ao MGEN Adjunto para a Doutrina, no Comando da Instrução.

Paralelamente foram desenvolvidos outros estudos e trabalhos na procura de uma estrutura organizacional adequada ao Exército Português para o dotar com um corpo doutrinário ajustado, adequado, coerente e dinâmico.

Dando corpo à transformação do Exército em curso, em Maio de 2006, o Comando da Instrução é reorganizado em Comando da Instrução e Doutrina (CID), surgindo na sua orgânica a Direcção de Doutrina (DDoutr)².

Neste artigo de opinião pretendemos apresentar a “nova” Direcção de Doutrina e uma abordagem sobre o modo como visualizamos o funcionamento do sistema doutrinário do Exército Português.

DOCTRINA E CORPO DOCTRINÁRIO

O complexo ambiente em que decorrem as operações sugere que as forças militares disponham de plataformas de entendimento comum que permitam decisões rápidas e actuações e procedimentos expectáveis em todos os escalões de comando. A doutrina não consiste num fim em si mesma, mas um meio para alcançar resultados positivos, estabelecendo um pensamento colectivo e, desta forma, permitir o surgimento de resultados coerentes no exercício das funções.

Para estarem permanentemente preparadas para cumprir a sua complexa missão, as forças armadas devem possuir um corpo doutrinário que estabeleça um conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções estratégicas, de normas, de métodos e processos, que tenham por finalidade estabelecer as bases comuns para a organização, a preparação e o emprego das forças. É com a dou-

trina que se obtém a uniformização dos procedimentos entre os componentes de uma força militar, do comandante ao soldado.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos, o Exército adoptou uma nova definição de Doutrina³: “conjunto de princípios e regras que visam orientar as acções das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército na prossecução dos objectivos nacionais. Têm carácter imperativo mas exigem julgamento na aplicação”.

Interessa referir que a doutrina do Exército será aquela que, perante as circunstâncias da altura, for considerada mais ajustada e adequada. Não vamos descurar os elementos a montante – doutrina conjunta, doutrina OTAN e doutrina da UE, por exemplo – que se constituirão como referência para a doutrina do Exército. Por outro lado, na ausência de doutrina nacional adequada, poderá ser, também, utilizada doutrina de um exército aliado como referência (do antecedente, do Exército dos Estados Unidos). Em qualquer das circunstâncias, cumpre-nos, sempre, a tarefa de ajustar à realidade do Exército Português.

Ao conjunto de documentos, devidamente estruturados e catalogados, sob a forma de publicações, que estabelecem e preconizam a doutrina aprovada e em vigor no Exército designamos por corpo doutrinário. Este deve ser ajustado, adequado, coerente e actual.

O corpo doutrinário do Exército, materialização «física» da doutrina nacional, deverá ser organizado, no âmbito da abrangência, por níveis hierárquicos, permitindo que se visualize uma decorrência vertical da doutrina, eliminando, assim,

as situações de incoerência entre as doutrinas respeitantes a sistemas operativos diferentes (e/ou diferentes escalões). No mesmo nível, publicações de igual posição relativa abordam áreas diferentes; entre níveis, as publicações detalham e pormenorizam as respectivas áreas.

Uma possibilidade resulta da adaptação da metodologia OTAN, organizando a pirâmide doutrinária do Exército em três níveis, conforme se exemplifica na figura 1.

Pensamos que o corpo doutrinário deve ser encimado por uma publicação de base, que estabeleça “o que é” o Exército, “o que faz” e “como o faz”; e defina, também, a natureza da guerra e os princípios a adoptar, o propósito do Exército, as relações entre o Exército e outros instrumentos de poder, a postura de Portugal na utilização do Exército e as orientações para o futuro emprego do Exército. O mesmo deve estar em consonância e ser decorrente da doutrina conjunta que estiver aprovada e, sempre que aplicável, também em relação a organizações internacionais de que Portugal seja membro (como a OTAN e UE).

A DIRECÇÃO DE DOCTRINA (DDOCTR)⁵

A DDoutr, na directa dependência do CID, tem por missão dirigir, supervisionar, coordenar, integrar e controlar a actividade global de produção doutrinária e, para o efeito, está organizada em três repartições. A saber:

A Repartição de Doutrina deverá assegurar a existência do corpo doutrinário nacional; a Repartição de Investigação e Análise estará orientada para as actividades de ligação interna (nacional) e externa de âmbito doutrinário, a exploração de novos conceitos e a implementação de um sistema de retorno de experiências (lições aprendidas); finalmente, o Centro de Documentação e Difusão assegurará a gestão física do corpo doutrinário nacional e de outra documentação de âmbito doutrinário, apoiando-se, especialmente, nas tecnologias de informação e de comunicação.

Esta organização dispõe, para o efeito de um efectivo autorizado de 18 oficiais e 10 sargentos. Cerca de metade dos oficiais destina-se ao desempenho de funções de adjunto, de que resulta uma grande flexi-

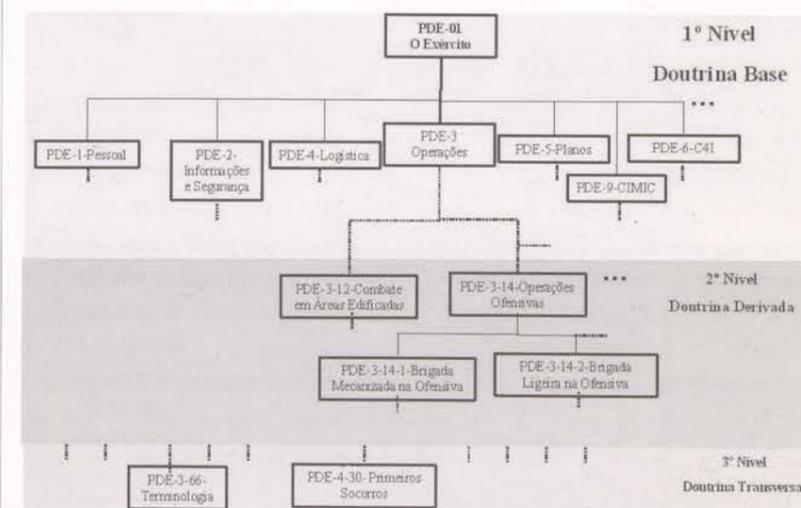


Fig. 1: Hierarquia do Corpo Doutrinário – um exemplo⁴

Effects Based Operations.

Um Conceito Milenar Voltado para o Futuro

“Não podemos reter à força o mundo embrionário de amanhã nos cubículos convencionais de ontem.”

Alvin Toffler

INTRODUÇÃO

Incrível. Que mundo, o nosso! A incerteza é cada vez maior. Hoje nem sequer temos a certeza de quem somos e para onde caminhamos. É estranho quando pensamos que uns simples, mas funestos minutos, que tragicamente ficaram indelévels na memória dos tempos, ocorridos num dia² soalheiro, tenham mudado tanta coisa: as fronteiras geográficas, terrestres, marítimas e aéreas deixaram de constituir obstáculos suficientes para impedir o planeamento, organização e execução de actos terroristas de global e desmesurada violência; os Estados passaram a sentir-se impotentes para, isoladamente, exercerem a sua soberania e garantirem a sua segurança³, sendo impelidos a participarem no esforço mundial de combate às ameaças⁴ de cariz transnacional; grande parte das ameaças transnacionais interligaram-se e passaram a funcionar em rede, derivan-

do, em muitos casos, noutras ameaças e riscos de natureza e dimensão diversas; A violência extrema e outras formas de ameaça à segurança e ao bem-estar das populações, passaram a não ser um exclusivo dos Estados e a estar ao alcance de actores não-estatais de dúbia racionalidade.

No espírito dos mais atentos, muitas são as dúvidas que resultam deste novo ambiente onde vivemos. A maior delas é a de saber como podemos combater esta ameaça que é transnacional, difusa, multifacetada, multidimensional e, quase sempre, sem rosto. Afinal: Onde, Quando e Como actuar? As respostas a estas interrogações não são fáceis nem consensuais. Num ponto parece haver consenso: só congregando esforços se pode fazer frente a esta nova tipologia de ameaças.

A verdade é que nada ficou indiferente àquele factor de mudança. Nem sequer a natureza da conflitualidade. No quadro⁵ seguinte podemos analisar as dimensões da mudança no domínio referido.

Modelo Tradicional do Conflito	Modelo Actual do Conflito
Estado-nação vs Estado-nação	Estado-nação vs Entidade não-estatal
Alianças	Alianças / Coligações / Organizações Internacionais
Hostilidade entre Forças Militares	Hostilidades entre Militares vs Forças Irregulares Polícia vs Terrorista/Criminoso Transnacional
Ações Militares e Policiais Independentes	Ação com Interferência de Todos os Recursos de uma Nação ou Organização
Vitória = Fim da Campanha Decisiva	Vitória = Derrota Política do Adversário
Vitória = Derrota da Força Militar Adversária	Vitória = Fim das Opções/Vontade de Combater

Dimensões da Mudança na Conflitualidade.

É na sequência da procura de metodologias para fazer face aos preocupantes resultados dessas alterações que ressurgiu um conceito, já há muito tempo do conhecimento do homem.

EFFECTS BASED OPERATIONS: UMA ABORDAGEM AO CONCEITO

“Então, obtendo cem vitórias em cem batalhas não significa o máximo da excelência. A excelência mais alta está em obter-se uma vitória e subjugar o inimigo sem, no entanto, lutar.”

Sun Tzu, 500 anos AC⁶

Não, não tenham receio. Não vou aqui despejar definições e enveredar por elaboradas análises. Poderia fazê-lo, mas não é isso que pretendo deste artigo. Pretendo,

antes, da forma mais cristalina possível, falar de um tema que está em voga, numa perspectiva diferente daquelas que têm aparecido publicadas, muitas com grande qualidade.

Muito se tem escrito sobre Effects Based Operations (EBO), dando a maior parte desses documentos a impressão de que esse conceito é a grande novidade dos últimos tempos e a solução para todos os problemas equacionados pela polemologia.⁷ Desengane-se quem assim pensar. O conceito já há muito estava subjacente nos escritos dos grandes teorizadores, como Sun Tzu, Clausewitz e outros. Na 2ª Guerra Mundial, os americanos tentaram, muitas vezes, actuar de acordo com este conceito, não o conseguindo por não terem a tecnologia suficiente para o tornar eficiente⁸ e até, num grande número de situações, eficaz⁹.

Como refere o Maj Inf Proença Garcia, “a guerra, ou antes, a Violência Global, é uma constante histórica que persistirá”.¹⁰ Ela é constituída por vários tipos de acções, entre as quais as militares. Todas elas, contudo, acontecem porque se pretende atingir um fim, perfeitamente definido. Assim, essas acções são a manifestação pragmática de uma intenção e, logo, de uma premeditação. Após se ter tomado a decisão de se conquistar aquele resultado, quem tem vontade de o atingir escolhe os meios adequados à prossecução dos seus intentos e estima as consequências que advêm da acção que irá realizar. Algumas daquelas consequências podem ser resultados secundários ou indirectos da acção executada. Esta abordagem analítica e intuitiva foi teorizada, em tempos, por Habermas Jürgen, que lhe deu o nome de “Teoria da racionalidade intencional”¹¹.

Sendo uma acção militar um acto volitivo, intencional e resultante da razão, é de prever que a mesma seja executada depois de saber quais os seus efeitos, até porque, de acordo com o raciocínio supra desenvolvido, a decisão de a levar por diante ocorre depois de se ter consciência dos resultados que se pretendem atingir. Acontece, contudo, que nem sempre é possível determinar os efeitos produzidos a partir de uma acção porque ela pode produzir efeitos iniciais que, por sua vez, podem constituir-se em acções produtoras de outros efeitos, porventura, até, inesperados e inusitados. Por uma questão de sistematização, os efeitos imediatos e directamente provocados pela acção inicial designam-se de “produtos” ou de 1ª ordem¹². Se estes produzirem, por sua vez, outros efeitos, esses serão mediatos ou de 2ª ordem, continuando-se com esta lógica de raciocínio para efeitos subsequentes. Aos efeitos de ordem “n” produzidos por uma acção inicial e que se constituam nos efeitos finais, chamamos “resultados”. Um efeito é descrito como o “resultado de uma acção, conjunto de acções ou de outro efeito.”¹³

Se considerarmos que um efeito, ao assumir-se como uma acção, pode provocar um grande número de outros efeitos, até de forma imprevisível, compreendemos desde logo a grande dificuldade de quem privilegia esta forma de orientação dos seus planeamentos. Será mais fácil prever o produto de uma acção do que os resultados dessa mesma acção, a menos que os resultados se confundam com os produtos, o que tem uma baixa probabilidade de acontecer. Se na nossa análise não nos esquecermos que estamos a falar de acções provocadas pelo homem, visando

finalidades e resultados que, por oposição, envolvem outros homens, imediatamente aceitamos que a imprevisibilidade é potenciada quando estão em questão interesses antagónicos. Sempre que um homem descobre a intenção de um opositor (mesmo que a mesma não tenha sido verbal e inequivocamente declarada) e percebe que afecta os seus interesses, tenta influenciar a conjuntura onde ambos estão inseridos para daí tirar vantagens. É o que acontece hoje em dia no espaço de batalha¹⁴ onde se procura aplicar o conceito resultante da forma de pensar que já descrevemos. A este conceito deu-se o nome de Effects Based Operations (Operações Baseadas nos Efeitos). Muitas são as definições que imperam sobre este conceito, o que demonstra o quanto se tem teorizado e se continua a fazer sobre este conceito. Apresento duas: uma por ter um carácter oficial; outra, por considerar feliz e transparecer, na minha modesta opinião, mais claramente o que são as EBO:

1ª Definição: “Operações Baseadas nos Efeitos (EBO), refere-se ao que as forças armadas, organizadas sob o conceito NCW¹⁵, podem ser chamadas a fazer para mudar o comportamento do oponente no sentido pretendido, criar-lhe novos estímulos e suscitar as respostas esperadas. Visa aumentar a eficácia do combate, procurando actuar sobre a vontade do inimigo para o levar a encurtar a luta. Trata do que se pretende alcançar no campo de batalha, recomendando mudanças na forma de decidir os efeitos a alcançar e os meios que para isso devem ser usados, nos termos atrás referidos. O seu foco não se centra em alvos nem na destruição das capacidades materiais do inimigo fazer a guerra, ainda que possa

incluir esses elementos. O seu sucesso não se mede pelo grau de destruição produzido; mede-se, sobretudo, pelas mudanças de comportamento que se tenham conseguido induzir no inimigo¹⁶.

2ª Definição: As EBO são operações planeadas, executadas, avaliadas e adaptadas com a finalidade de alterar sistemas e capacidades com vista a alcançar os resultados pretendidos.¹⁷

As duas definições proporcionam-nos a resposta a duas perguntas que ficaram subjacentes do já referido. Primeira, se o conceito já vigora há muitos anos, porque razão só agora se começa a afirmar?

Se olharmos para a 1ª definição compreendemos que as EBO se encontram de braço dado com outro conceito já nosso conhecido, por ter sido tratado na nossa Revista (ver número 10): o *Network Centric Warfare* (NCW). As capacidades que este novo conceito traz, nomeadamente em termos da disponibilidade imediata da informação, na obtenção de conhecimento quase no momento em que as acções ocorrem, na formulação de uma *common operational picture*¹⁸, na rapidez de actuação resultante numa mais oportuna decisão, proporcionam as condições para se poder ponderar quais os efeitos a produzir para se obterem os resultados pretendidos, e se poder avaliar, em tempo, esses mesmos efeitos e os seus produtos. NCW e EBO são "...assuntos diferentes, mas indissociáveis e concorrentes para o mesmo objectivo de procurar formas mais eficazes de executar operações militares com o mínimo de recursos possíveis, para cumprir determinada missão atribuída e para produzir, de forma bem sucedida, um determinado efeito. Ambos,

em conjunto, respondem à necessidade de transformar a forma das Forças Armadas realizarem operações, tirando vantagem das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias."¹⁹

Assim, o conceito não é novo. Em todos os tempos, em todos os locais, mesmo para além do espaço limitado do campo de batalha, os "efeitos" estiveram sempre presentes. É isto porque a dimensão humana e os "resultados pretendidos" são duas constantes no ambiente cada vez mais global que nos rodeia. O que é, na verdade, novo, são os benefícios e as capacidades resultantes da combinação destes dois conceitos: NCW e EBO. E esta conjugação é necessária porque as EBO exigem mais informação, mais conhecimento, maior rapidez e uma única leitura do que está a decorrer no Espaço de Batalha.

Segunda: qual a vantagem de se adoptar o conceito EBO?

Tenho lido alguma coisa sobre as EBO e tenho presenciado que as opiniões, sobre este assunto, são sempre as mesmas:

- São a melhor resposta aos desafios colocados pelo volátil contexto estratégico actual;
- Privilegiam os efeitos em vez da "massificação" da força, procurando que o inimigo reaja de acordo com os nossos interesses, de preferência sem se aperceber disso;
- É uma forma de combater, em todos os aspectos mais limpa;
- Reduz o número de baixas e permite uma maior economia de meios;
- As operações deixam de se orientar por objectivos, para se preocuparem com resultados.

Enfim, poderia ocupar muito espaço descrevendo as vantagens de

senso comum. Na minha modesta opinião, as grandes vantagens da aplicação desta nova conceptualização residem, essencialmente, no seguinte:

- As EBO reflectem uma mudança pragmática do paradigma de que a guerra é exclusivamente militar;
- O fulcro ou Centro de Gravidade²⁰ do conceito está em que se transfere a ênfase das operações militares da destruição para a mudança de sistemas, capacidades, comportamentos, com vista a induzir o inimigo a actuar como se pretende.

Ou seja, à luz das EBO, da complexidade do ambiente internacional e da tipologia actual das ameaças, as resoluções dos conflitos dos dias de hoje não se fazem recorrendo, exclusivamente, ao vector militar, mas também, e essencialmente, aos outros pilares do Poder: A diplomacia, a informação/vector psicológico e o económico. A conjugação holística²¹ dos instrumentos desses pilares do poder, tanto militares como não militares, poderá produzir os efeitos adequados à prossecução dos objectivos pretendidos. Estão, assim, contempladas actividades que provocam efeitos letais e não-letais e que envolvem actores actuais e de pleno direito, que actuam nos Espaços de Batalha, como sejam Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais, Estatais ou Governamentais e outras.

Para além disso, como já referimos, o principal actor naqueles Espaços é, e continuará a ser, o homem. Assim, os efeitos não se devem fazer sentir somente no domínio físico²² (na posição defensiva, na central eléctrica, na via de comunicações, etc.) e no domínio da in-

formação²³, mas também no domínio cognitivo, pois esse é o local onde se desenvolve todo o processo mental que preside à decisão e onde esta toma forma. Todo esse processo é construído com base no raciocínio consciente e intencional, muitas das vezes condicionado pela educação, cultura e experiência. Assim, *moldar comportamentos* insere-se, inequivocamente, no domínio cognitivo. Qualquer estímulo nesse domínio, desde que seja intencionalmente provocado, poderá levar à mudança do ambiente, na direcção por nós pretendida, o que é a essência do objectivo das EBO.

Desde há muito que existem actividades militares orientadas para criar efeitos nos domínios cognitivo, afectivo e volitivo das populações e exércitos adversários. Há muito tempo que são utilizados, na guerra, efeitos orientados para a decepção, utilizando a propaganda e as Operações Psicológicas (*Psychological Operations* - PsyOps) como forma de ferir o moral do adversário, a sua vontade de combater ou de resistir, contribuindo, assim, para lhe tirar a vontade de oposição. Hoje em dia, a doutrina contempla actividades de diversa ordem, para criar efeitos letais e não-letais, orientadas, não só para o domínio afectivo e volitivo dos militares adversários, das populações locais, mas também para o domínio cognitivo específico dos decisores e, por consequência, para o domínio físico dependente dessas decisões.

Por último, vamos responder à pergunta mais importante: se as EBO trazem múltiplas vantagens, então porque demoram a se afirmar nas doutrinas dos diversos países, havendo, mesmo, alguns que a olham com alguma desconfiança?

Bem, as razões são muitas, algumas delas facilmente dedutíveis.

Vamos referir algumas, sem as desenvolver profundamente, pois não é o objectivo deste artigo:

- A tecnologia necessária à implementação do conceito não está à disposição de todos. Como já referimos há um outro conceito que está intimamente ligado às EBO, o de NCW. Ora, os meios que são exigidos pela NCW são tecnologicamente complexos e alguns deles não estão totalmente difundidos. Outros, ainda, têm a sua utilização dependente de protocolos, o que dá a origem a desconfianças da independência do meio e da sua fiabilidade, em termos de segurança;
- Os diversos actores, directa ou indirectamente envolvidos na conjuntura em que se aplicou uma acção, têm normalmente interpretações diferentes dos efeitos, dos produtos e dos resultados que foram desencadeados. Como já se referiu, as interpretações inserem-se no domínio cognitivo e, portanto, são influenciadas pela cultura, pela religião professada, pelo etnicismo, pelos hábitos sociais e outros vectores. Assim, aquilo que para uns pode ser interpretado como resultado positivo, para outros pode ser interpretado como nefasto ou embaraçoso, desencadeando da parte deste últimos acções que podem trazer alguma imprevisibilidade ao processo inicialmente planeado. Isso, bem como o referido no parágrafo seguinte, explica, de certo modo, as dificuldades que se estão a sentir na aplicação, de forma mais generalizada, do conceito em teatros como o Iraque e o Afeganistão;
- A essência do conceito prevê o envolvimento de vectores para

além do militar, como por exemplo, as Organizações Não Governamentais (ONG) ou Governamentais e Organizações Internacionais. Ora essas Organizações têm também, a maior parte das vezes, os seus interesses, que nem sempre são consentâneos com as outras Organizações ou com o que se pretende obter no âmbito das acções militares. A maior parte das ONG têm, por exemplo, projectos que pensam serem só seus e, de repente, apercebem-se que outras pretendem desenvolver projectos similares. Daí resultam conflitos nem sempre fáceis de dirimir. Esta situação torna difícil mobilizar esses instrumentos para se atingirem os efeitos conducentes ao resultado desejado. Essa dificuldade poderá ser potenciada se essas organizações já estiverem envolvidas no processo militar conducente aos efeitos pretendidos e, de repente, surgirem estes conflitos de interesses. Estas situações não são tão raras quanto isso.

- Os grandes orçamentos militares apresentados pelas grandes potências onde se desenvolve este conceito, parecem ser paradoxos quando temos em conta que o conceito pretende atingir a eficiência. Não parece ser pacífica a afirmação de que as EBO reduzem os custos. Senão vejamos: em 05 de Fevereiro do presente ano a Administração Bush difundiu o seu pedido orçamental para o ano de 2008, que se inicia a 01 de Outubro. A Casa Branca solicitou \$644 biliões de dólares para fazer face às suas despesas militares e um adicional de \$142 biliões de dólares para a "Global War on Terrorism". Os EUA gastam mais do que os 42 restantes países. São os responsáveis

Reconhecimento e Carros de Combate: A doutrina da cavalaria portuguesa no dealbar do século XXI.

INTRODUÇÃO

No ano de 2003 o Exército Português desencadeou um processo de Transformação¹ destinado, entre outros objectivos, a adaptar a instituição às novas realidades estratégicas do início do século XXI. É desejável que a dinâmica introduzida por este processo transformativo produza também efeitos nas unidades de cavalaria, com vista a melhor estabelecer a contribuição destas para o conceito de manobra das forças terrestres.

Adoptando a perspectiva das unidades de cavalaria da componente operacional, este artigo pretende identificar: quais as influências passíveis de determinarem alterações no seu quadro doutrinário; quais os métodos para a sua elaboração; e quais as principais alterações doutrinárias a introduzir. Para o efeito consideram-se apenas as unidades de manobra atribuídas à cavalaria portuguesa: carros de combate e reconhecimento. Deixamos de fora o Grupo de Autometralhadoras (GAM), por julgarmos que neste momento, o debate sobre o tema deverá ter outra abrangência e outro detalhe. Quanto ao seu objectivo, este artigo pretende identificar,

de uma forma genérica, inovações doutrinárias para as unidades de cavalaria, na vertente carros de combate e reconhecimento e que já dispõem de uma doutrina de emprego consolidada do antecedente.

1. INDICADORES DA MUDANÇA

Segundo John Garstka (2005, p. 9) uma das condições para que se efective uma Transformação nas organizações militares consiste no desenvolvimento e melhoria das respectivas capacidades. Este autor considera a existência de quatro componentes definidoras de uma **Capacidade**: as **Pessoas**, incluindo a Liderança, Educação e Treino; os **Processos** ou Doutrina; a **Organização** e a **Tecnologia**, incluindo esta última os equipamentos e as instalações. Estas dimensões básicas representam uma pequena estrutura, ponto de partida que nos permite aferir a mudança nas forças militares.

As evoluções em cada um dos componentes da estrutura acima identificada podem produzir um efeito de rede nos restantes, conduzindo, desta forma, a uma Transformação mais abrangente e articulada no domínio das capacidades. Ao interagirem entre si, qualquer mudança numa dimensão deverá

também produzir resultados na componente da doutrina aos vários escalões.

Alargando a nossa abordagem, é possível identificar outra possível fonte de mudança com implicações no campo doutrinário. Esta está relacionada com a existência de uma nova ameaça ou a perda de uma vantagem competitiva para um adversário que obrigue à procura de novas formas para a enfrentar ou superar, incluindo o campo doutrinário ou processual.

Para Colin Gray (2006, p. 16), o contexto em que se desenvolvem as Transformações constitui o seu principal determinante. Este autor considera existirem seis tipos de contexto com influência nas organizações militares sendo os principais o **contexto político** e o **contexto estratégico**, seguidos pelo **contexto sócio-cultural**, o **contexto económico**, o **contexto tecnológico** e o **contexto geográfico**. Todos eles, em maior ou menor grau, influenciam e determinam a transformação das organizações militares. Para o caso em apreço, consideramos como mais visíveis as influências dos **contextos político, estratégico e tecnológico**, sem no entanto menosprezar os possíveis efeitos determinados pelos restantes. De referir ainda que a complexidade e abrangência do conjunto

destes contextos constitui uma dificuldade acrescida para estabelecer uma Transformação que abranja todas as situações que uma força militar poderá ter de enfrentar.

Em suma, considerando a influência em rede entre as dimensões do conceito de capacidades, a fonte principal de mudança das instituições militares e os contextos em que estas operam, identificamos como aspectos passíveis de influenciar a doutrina das forças militares terrestres e em particular da Cavalaria, os seguintes:

- a atribuição de novas missões;
- a existência de novas ameaças;
- a introdução de inovações tecnológicas;
- alterações ao nível dos recursos humanos;
- alterações ao nível das organizações.

Iremos de seguida procurar estabelecer algumas considerações sobre estes cinco pontos, no sentido de descortinar influências geradoras de inovação ao nível da doutrina das unidades de cavalaria.

1.1 A atribuição de novas missões

Se até à década de 80, as unidades de cavalaria estavam vocacionadas para as operações de guerra convencional, na década de 90 surgiu a participação em Operações de Apoio à Paz como a sua missão principal. Nos dias de hoje, sem descuidar uma eventual participação em operações de carácter convencional, mantêm-se o pendor das Operações de Apoio à Paz e o surgimento de novas missões como seja o combate ao terrorismo. De acordo com o RC – Operações (EME, 2005, p. 2-2) as missões prioritárias para as Forças Armadas que julgamos poder produzir impacto nas unidades de cavalaria, são:

a defesa integrada do território nacional e a Resposta a Crises internacionais no âmbito da ONU, OSCE, OTAN, UE e CPLP.

1.2 A existência de novas ameaças

Na actualidade, as principais ameaças existentes à segurança internacional que podem produzir impacto na doutrina da cavalaria resultam dos diferendos entre os vários estados, da existência de estados falhados ou estados pária e de espaços não governados. No âmbito das ameaças transnacionais incluem-se o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de drogas e de pessoas e a proliferação das Armas de Destruição em Massa (Stolberg, 2006, p.3).

Em consonância, ao nível tático as ameaças correspondem à acção isolada ou em conjugação de: forças convencionais mecanizadas, blindadas ou motorizadas, de efectivos e capacidade tecnológica variável, unidades de paramilitares, forças especiais de polícia e milícias locais. Forças de cariz irregular e assimétrico como forças de guerrilha e elementos terroristas, utilizan-

do equipamento militar variado, como morteiros, mísseis anti-aéreos de curto alcance, minas e engenhos explosivos improvisados e operando meios de comunicações com algum grau de sofisticação.

1.3 A introdução de inovações tecnológicas

De acordo com a Directiva do General CEME de 2003 sobre a Transformação do Exército (Fonseca, Oliveira e Dias, 2006, p. 103), as principais capacidades que o Exército Português deve dispor na sua componente operacional são, entre outras: o Comando, Controlo e Comunicações, Sobrevivência e Protecção da Força, Informações, Vigilância e Reconhecimento, Sustentação Logística, Reacção Rápida, Intervenção e Mecanizada. Quanto aos meios que irão materializar estas capacidades, destacam-se: o Sistema de Comando e Controlo do Exército (SICCE), passível de utilização pelas unidades de escalão Grupo e Esquadrão, o Military Message Handling System (MMHS), os rádios ER 525, a aquisição de 240 viaturas blindadas de rodas 8x8 modelo **"Pandur IP"**, com opção



Viatura M113A1 do ERec / Brig Mec

Reconhecimento «push»¹⁵.

Ocorre quando existe, por parte da força em proveito da qual o reconhecimento opera, um planeamento detalhado, orientador da actuação das unidades de reconhecimento. É elaborado um plano de reconhecimento pormenorizado, destinado a orientar o esforço de reconhecimento e a validar uma determinada modalidade de acção, ou mesmo várias modalidades, que ainda estejam em fase de desenvolvimento, de modo a facilitar o seu aperfeiçoamento à medida que se obtêm informações. Após o início da operação transfere-se o esforço de reconhecimento para a obtenção de informações que permitam acionar os Pontos de Decisão ou para melhor esclarecer a situação do inimigo em termos de potencialidades e vulnerabilidades.

Reconhecimento «pull»¹⁶.

Neste método não existe um plano ou modalidade de acção previamente estabelecido. O plano de reconhecimento destina-se a obter informações sobre as modalidades mais vantajosas, do ponto de vista táctico, para a manobra do escalão superior, sem que estejam anteriormente definidas. A intenção é «puxar»¹⁷ as unidades de manobra, da

força para a qual se executa o reconhecimento, para os eixos de menor resistência inimiga, de modo a alcançar posições que permitam obter uma vantagem táctica. Dá-se preferência à exploração das oportunidades em detrimento de um plano detalhado, devidamente treinado e que garanta a unidade de esforço.

4.2 Segurança

Princípios. Considerar no planeamento das operações os seguintes princípios: Alertar com oportunidade e informar com precisão a força em proveito da qual actua; Garantir a essa força tempo e espaço de manobra; Localizar-se e manobrar em função da localização e movimentos da força em proveito da qual actua; Executar reconhecimentos contínuos; Manter o contacto com o inimigo.

Tipos de Operações de Segurança¹⁸. Os cinco tipos que existem são os seguintes: vigilância, guarda, cobertura, segurança da área da retaguarda e força de ligação. Destas operações as unidades de reconhecimento, podem desempenhar a vigilância, a segurança da área de retaguarda e constituir força de ligação. Quanto às operações de guarda, um

ERec pode executar uma guarda de retaguarda ou guarda de flanco em proveito da Brigada.

4.3 Transição¹⁹

As operações de transição podem incluir, para as unidades de reconhecimento, operações de junção, substituição das unidades empenhadas, passagens de linha e aberturas de brechas e transposição de obstáculos.

CONCLUSÃO

Face à dinâmica desencadeada pelo processo de transformação do Exército, a cavalaria deverá aproveitar a oportunidade para desencadear um processo transformativo que, aproveitando o efeito de rede dos componentes de cada capacidade, envolva o campo doutrinar, desde o escalão mais elevado até ao mais baixo.

Para desenvolver esse trabalho o ponto de partida será a nova doutrina de operações do Exército Português, que fornecerá o enquadramento conceptual. Para especificar as operações para as unidades de reconhecimento e de carros de combate, deverá recorrer-se à doutrina considerada de referência, ou seja, a doutrina norte-americana. Isto porque a experiência adquirida pelo seu exército em operações resultou em lições aprendidas, sistematizadas no domínio doutrinar.

Para proceder à elaboração da doutrina deverá recorrer-se a um processo balanceado de emulação e adaptação, tendo sempre em conta a influência dos vários contextos envolventes. Estaremos, desta forma, a contribuir para a actuação da cavalaria portuguesa no ambiente operacional incerto deste início do século XXI.

NOTAS

- Uma **Transformação** ocorre quando existe uma mudança sustentada, orientada para determinadas finalidades e geralmente em larga escala. É levada a cabo com o objectivo estratégico de criar ou manter uma vantagem competitiva, ou de contrariar uma vantagem apresentada por um competidor novo ou já existente. Processa-se através da combinação de novos conceitos, capacidades, pessoas e organizações, explorando as vantagens e reduzindo as vulnerabilidades (Gratska, 2005, p. 8).
- Dizem os teóricos da Revolução nos Assuntos Militares (RAM), como MacGregor Knox e Williamson Murray (2001), através de uma abordagem histórica, que o padrão das instituições militares ocidentais tem sido o de períodos de mudança brusca seguidos de períodos de relativa acalmia em que os exércitos se adaptam a alterações significativas no seu ambiente. Estes dois autores estabelecem dois conceitos: o de Revolução Militar (RM) mais profundo e abrangente e o de RAM, mais circunscrito e controlável.
- Pode aplicar-se igualmente às unidades de reconhecimento. Sobre o espectro alargado de missões veja-se o artigo «Commanders Assessment: South Bagdad», do Tenente-Coronel Ross A. Brown do exército norte-americano, publicado na Military Review de Janeiro/Febrero de 2007. Ver ainda o artigo «Producing victory: Rethinking conventional forces in COIN operations» do Tenente-Coronel Douglas Ollivant e do Tenente Eric D. Cheung, do exército e da reserva norte-americano respectivamente, publicado na Military Review de Julho/Agosto de 2006. Estes últimos autores defendem a ideia que o agrupamento de armas combinadas, aliado a forças locais e operando junto da população, deve constituir a unidade táctica principal na manobra contra-subversiva.
- De acordo com o RC – OPERAÇÕES.
- Incluem a manutenção da paz, a imposição da paz, a prevenção de conflitos, restabelecimento da paz, consolidação da paz, operações humanitárias.
- Incluem entre outras o apoio às operações humanitárias, apoio a operações de evacuação de não-combatentes (NEO) e operações de extracção.
- De acordo com o RC – Operações, a defesa de área «é um tipo de operação defensiva cuja finalidade é negar ao inimigo o acesso a uma determinada área de terreno durante um determinado período de tempo... O comandante operacional pode atribuir a missão de executar uma defesa de área a corpos de exército, divisões e brigadas independentes, enquanto os escalões inferiores participam na operação num sector ou posições de combate atribuídas».
- O RC – Operações define defesa móvel como um «tipo de operação cuja finalidade é destruir ou derrotar o inimigo através de um ataque decisivo com uma força de ataque. A força inimiga é destruída depois da força defensora permitir o seu avanço na área de defesa para o expor a um contra-ataque ou envolvimento».
- Ver RC – Operações, p. 5-10.
- Sobre o emprego do Grupo de Carros de Combate em áreas edificadas ver o artigo «Algumas considerações doutrinares para o emprego do GCC em operações em áreas edificadas» dos Capitães Machado, Laranjeira e Henriques, publicado no N°4 da Revista da Cavalaria.
- Ver o FM 3-20.96, Draft de Setembro de 2005.
- Sobre o assunto ver o FM 3-20.96, Draft de Setembro de 2005, p. iv.
- De acordo com o FM 3-20.96, perceber como as operações militares afectam a sociedade e se deixam afectar por esta começa através da obtenção de informações sobre a dimensão, localização, composição possíveis reacções de uma sociedade.
- De acordo com o FM 3-20.96, as infra-estruturas

incluem todos os sistemas que apoiam os habitantes de uma área, a sua economia e governação. A destruição, controlo ou protecção de componentes vitais das mesmas facilita o isolamento do inimigo de fontes de apoio potenciais.

- De acordo com o FM 3-20.96, Draft de Setembro de 2005.
- Idem.
- Do inglês Pull.
- Ver RC – Operações, p. 12-8 e p. 12-11.
- De acordo com o FM 3-20.96, Draft de Setembro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, TCOR Ross A. (2007) – Commanders Assessment: South Bagdad [Em linha]. Military Review: 1:87(2007)27-34 [Consult 01 Mar. 2007]. Disponível na WWW: <URL: <http://usacac.army.mil/CAC/milreview/English/JanFeb07/Brown.pdf> >

DEPARTMENT OF THE ARMY (2003) - FM 3-90.2: The tank and mechanized infantry battalion task force. Washington D.C.: Department of the Army, 2003.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME) (2005) – RC – OPERAÇÕES. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 2005.

FARRELL, Theo, TERRIFF, Terry (2002) – The sources of military change. In FARRELL, Theo, TERRIFF, Terry, eds. – The sources of military change: Culture, politics, technology. Londres: Lynne Rienner, 2002. ISBN 1-55587-975-6, p. 3-20.

FONSECA, TCOR Carlos B.; OLIVEIRA, TCOR Carlos O.; DIAS, TCOR Carlos M. (2006) – Portugal e a Transformação da Defesa. In ACADEMIA MILITAR – Transformação da Defesa. Lisboa: Prefácio Editora, 2006. ISBN 972-8816-86-3, p. 77-109.

GARSTKA, John J. (2005) – The transformation challenge [Em linha]. NATO Review. (2005) 8-11 [Consult. 25 Mar. 2006]. Disponível na WWW: <URL: http://www.nato.int/docu/review/2005/transform/transform_en.pdf >

GRAY, Colin S. (2006) – Recognizing and understanding revolutionary change in warfare: the sovereignty of context. Strategic Studies Institute, 2006. ISBN 1-58487-232-2.

KNOX, MacGregor; MURRAY, Williamson (2001) – The dynamics of military revolution 1300-2050. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. ISBN 0-521-80079-X.

MACHADO, CAP Carlos; LARANJEIRA, CAP Alberto; HENRIQUES, CAP Jorge (2004) – Algumas considerações doutrinares para o emprego do GCC em operações em áreas edificadas. Revista da Cavalaria. 24(2004)12-17.

OLLIVANT, TCOR Douglas A.; CHEWING, TEN Eric D. (2006) – Producing victory: Rethinking conventional forces in COIN operations [Em linha]. Military Review: 4:86(2006)50-59 [Consult 01 Mar. 2007]. Disponível na WWW: < URL: <http://usacac.army.mil/CAC/milreview/English/JulAug06/Ollivant-Cheung.pdf> >

STOLBERG, Alan G. (2006) – The international system in the 21st century. In BARTHOLOMEES, J. Boone, ed. – US Army War College Guide to national security policy and strategy. US Army War College, 2006. ISBN 1-58487-244-6.

US ARMY ARMOR CENTER (2005) - FM 3-20.96: Reconnaissance Squadron (Draft). Fort Knox: US Army Armor Center, 2005.



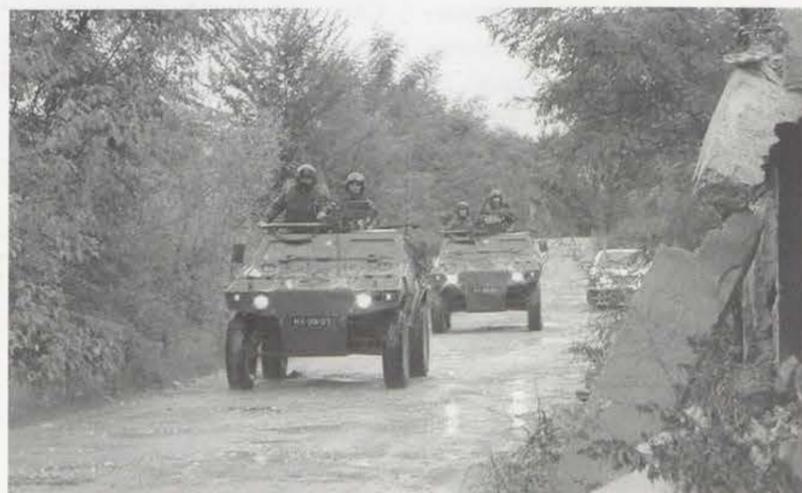
Rioquimica

Produtos Químicos de Manutenção Industrial, Lda.

FABRICA E COMERCIALIZA:

Aditivos • Anticorrosivos • Decapantes
Desengordurantes • Desincrustantes
Desoxidantes • Detergentes
Dissolventes • Isolantes
Revestimentos
Sabonetes Líquidos
Solventes Especiais
Toalhas Mesa • Ceras • Shampôs

Elospark Edifício 14 – Estrada da Barrosa Algueirão
2725-193 Mem Martins
Tel.: 21 926 72 70 – Fax: 21 926 72 78



Patrulha de viaturas M11 no Kosovo.

A Doutrina de Polícia do Exército

Ao abordar a doutrina da Polícia do Exército (PE) surge-nos uma questão cuja resposta ajuda a melhor compreender este tema: Que Polícia do Exército se pretende e quais as suas reais possibilidades?

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Por diversos motivos foi definido que a existência de forças de cariz policial nas Forças Armadas era da responsabilidade de cada ramo. Contudo, as forças existentes de PE, Polícia Naval (PN) e Polícia Aérea (PA) não têm estatuto de força policial¹ no âmbito da segurança interna, pelo que a sua autoridade cinge-se apenas ao que os regulamentos militares estabelecem. Por exemplo, na execução de uma escolta em território nacional a PE não pode executar a abertura e fecho de itinerários.

Parece óbvio que a PE é a Polícia Militar (PM) cuja actuação incide sobre os militares do ramo Exército, mas tal não é totalmente correcto.

O Código de Justiça Militar, aplicável a militares ou civis, em tempo de paz ou de guerra, preconiza diversas disposições para *“aquele que, injustificadamente, deixe de cumprir ordem legítima dada ou transmitida, de forma inteligível,*

*por sentinela, quando haja simples recusa de cumprimento da ordem”*², ou para *“aquele que, por qualquer forma, intencionalmente prejudicar exercícios ou manobras militares, a circulação de tropas ou de veículos transportadores de armamento ou a segurança de forças ou instalações militares, necessários ao cumprimento de missões legítimas”*³. Nestes casos a actuação das Polícias Militares e dos militares em geral, resume-se à retenção dos infractores, em caso de flagrante delito, até à chegada de uma autoridade policial.

Esta autoridade é a Polícia Judiciária Militar (PJM) que possui *“competência específica de investigação de crimes estritamente militares”* e que *“tem ainda competência reservada de investigação dos crimes ocor-*

*ram dentro de Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos militares”*⁴.

Ao que à PE concerne, o Regulamento de Campanha de Polícia Militar⁵ descreve quais as suas atribuições⁶ e prerrogativas⁷, mas, no entanto, a sua actuação rege-se também pela legislação anteriormente referida.

Existem países cujo estatuto das suas PM é diferente, conferindo-lhes mais ou menos atribuições e prerrogativas. Por exemplo, a Polónia alterou o estatuto da sua PM e, em caso de necessidade e por requisição ministerial, a PM apoia a Polícia Civil em patrulhamentos conjuntos e outras tarefas policiais, como por exemplo, em períodos de férias em locais de grande concentração de turistas. Estas acções são uma mais valia em termos da



Exercício de transposição de obstáculos em áreas urbanas.

prática dos militares quando em missões de guerra ou em operações de resposta a crise.

Na realidade, em Portugal as missões típicas da PM são absorvidas pela Guarda Nacional Republicana (GNR), cujo estatuto de força policial, lhe permite ministrá-las e executá-las. Se a GNR vier a perder o estatuto de força militar, poderá talvez surgir um novo enquadramento legal para a actuação da PM em Portugal.



Posto de Comando em funcionamento.

Podemos afirmar que a PE que temos é suficiente para efectuar a fiscalização das ordens, leis e regulamentos militares, não lhe sendo atribuída mais nenhuma missão para além do controlo de acessos a determinadas instalações, ou a execução de Honras Militares. Porém, para estas missões existe certamente doutrina, e com algum apoio em meios de transporte, existem os meios e treino necessários⁸, mas falta alguma documentação de base e suporte à fiscalização. Por exemplo, a maioria das directivas sobre fiscalização de viaturas remonta a organismos extintos⁹, com legislação ultrapassada e em muitos casos revogada, possuindo

do algumas orientações de execução desajustada da realidade. É ainda de referir que, em caso de ser necessário um grau de segurança maior, faltam meios modernos e eficazes de vigilância, como sejam detectores de metais e explosivos e os correspondentes métodos para o seu emprego.

2. ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO

Pelo que veremos mais à frente, a actuação de uma força de PM não se limita à segurança dos meios de cada um dos ramos das Forças Armadas, pelo que se julga que as forças de PE, PN e PA deveriam ter uma formação com áreas comuns e áreas específicas dos ramos, com vista a obter economias de escala e mais importante, congregar esforços e suprir lacunas resultantes desta separação.

Deixemos esta questão por agora, certamente um tema pouco consensual e motivo para outro artigo, e debrucemo-nos sobre o que está prescrito na doutrina de referência, nomeadamente a doutrina que se aplica nas operações sob a égide da NATO.

O manual de doutrina e procedimentos da PM NATO¹⁰ e o draft da doutrina de PM Aliada¹¹ têm como objectivo principal definir os métodos e procedimentos de treino e execução das tarefas das forças de PM, por forma a garantir a inter-operabilidade entre as forças de PM aliadas e destas com os demais tipos de forças, subordinando-se, por isso, à doutrina das operações terrestres¹².

A missão da PM, como elemento de apoio de combate, é prover o apoio necessário e em tempo aos elementos de combate e ao seu co-



Demonstração de controlo de tumultos.



Demonstração de Unidade de Cães.



Demonstração de um Check-Ponit.

mandante, através da execução das actividades de Polícia Militar, que veremos adiante.

As principais características destas forças são:

Mobilidade – As forças de PM possuem grande mobilidade até aos mais baixos escalões, de forma a terem a capacidade de rapidamente reagirem a uma ordem e poderem ser redireccionadas de acordo com as prioridades ou acontecimentos das operações;

Flexibilidade – A PM tem capacidade para rapidamente se adaptar às diversas situações e recorrer a meios que forcem o retorno à normalidade;

· **Comunicações** – As forças PM têm organicamente comunicações aos mais baixos escalões na execução das missões;

· **Compreensão da situação** – Tradicionalmente a PM possui um conhecimento único dos efeitos ao longo do tempo e dos efeitos colaterais provocados pelas diferentes acções e, através dos seus patrulhamentos, obtém a apreciação do ambiente operacional;

· **Especialização** – A PM possui técnicas, treino e meios com características únicas;

· **Ligação** – Inerente à actuação da PM está a ligação desde os mais baixos escalões com diversos tipos de forças e organismos para aumentar a inter-operabilidade e obter informações que permitam melhorar a perspectiva do Comandante da área de operações.

Como princípios de emprego temos:

· Planeamento centralizado, geralmente pelo Preboste (Provost Marshal)¹³;

· Execução descentralizada;

· Economia de meios;

· Cooperação.

Em termos formais as quatro missões da PM, Controlo de Circulação, Segurança de Área, Prisioneiros de Guerra e Manutenção da Disciplina Lei e Ordem¹⁴, serão designadas¹⁵ de **Apoio à Mobilidade, Segurança, Detenção e Funções Policiais**. Genericamente correspondem às mesmas tarefas mas adaptadas à realidade dos conflitos actuais, cobrindo todo o espectro das operações militares e podendo aplicar-se a todas as operações NATO.

Para melhor compreensão apresentamos uma matriz das capacidades da PM constantes do APP-12, que Portugal ratificou¹⁶, conforme trabalho em referência¹⁷, com as alterações da actual realidade.

3. IMPOSIÇÃO DA LEI E DA ORDEM

Missão / Função	Observações
Imposição da Lei e da Ordem	Existe doutrina, treino e prática.
Investigação Criminal	Garantido pelo PJM.
Operações de Detenção	Existe doutrina, treino e prática.
Investigação de Acidentes	Só levantamento de Acidentes.
Patrulhamentos com cães	Temos formação e meios.
Investigação de Crimes de Guerra	Garantido pela PJM.
Medidas de Contra-Terrorismo	Não existe doutrina específica PE
Controlo de Tumultos ¹⁸	Temos especialistas.
Operação de Controlo de Fronteiras ¹⁹	Garantido pela GNR e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

4. CONTROLO DE CIRCULAÇÃO

MISSÃO / FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Controlo de Transviados	Existe doutrina.
Controlo de Tráfego	Idem.
Instalar Sinalética em Itinerário	Não temos meios.
Reconhecimento de Itinerário	Existe doutrina e treino.
Controlo de Refugiados	Existe doutrina.
Tratamento de Refugiados	Enquadrados numa força que nos faculte infra-estruturas e meios.
Recolher/Reportar informações	Usamos a doutrina de referência.
Disseminação de Informação	Alguma capacidade, mas faltam meios.
Ligação à Nação Hospedeira	Oficiais de ligação para as várias áreas de interesse.
Escolta a Material Crítico	Existe doutrina, treino e prática.
Segurança a Áreas de Embarque/Desembarque	Idem.

5. SEGURANÇA DE ÁREA

Missão	Observações
Operações de Informações (recolha e análise de informação; análise de actividades criminais)	Não temos formação.
Controlo de Área (ligação com as autoridades locais; Patrulhamentos)	Existe doutrina e treino.
Operações de Ordem Pública (Negociação com civis e ONG ²¹ ; uso de armas não letais; intervenção contra civis)	Existe doutrina, algum treino, mas faltam meios.
Apoio à Polícia Civil Local (Treino dos meios e investigações especiais; monitorização da investigação; monitorização do serviço e das patrulhas)	Não temos formação.
Missões Especiais (Atiradores especiais; unidades especiais; unidade de cães)	Existe doutrina, algum treino, mas faltam meios.

6. PRISIONEIRO DE GUERRA (PG)

MISSÃO / FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Acompanhamento dos PG	Existe doutrina e treino a baixos escalões.
Recolha dos PG	Idem.
Evacuação dos PG	Idem.
Internamento dos PG	Desde que apoiados.
Fazer cumprir os direitos dos PG	Existe doutrina e treino.
Registo dos PG	Idem.



7. MPMSU²⁰

MISSÃO / FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Reconhecimento e Vigilância de Área	Existe doutrina e treino.
Segurança a Pontos Críticos	Existe doutrina, treino e prática.
Força de Reacção Rápida	Comum às unidades de manobra.
Operações Contra-Incursões	Idem.
Medidas de Contra-Terrorismo	Idem.
Operações de Controlo de Danos	Existe doutrina mas faltam meios.
Segurança VIP	Existe doutrina, treino e prática.
Informações de PM	Não temos treino.
Patrulhamentos com cães	Temos formação e meios.

Como podemos verificar são inúmeras as tarefas da PM, pelo que é bastante comum, em forças aliadas deste tipo, assumir-se não ter capacidade de assegurar todas as valências do APP-12. Actualmente, a Polónia, país que investiu muito neste tipo de forças, lidera um projecto de formação de um Batalhão Multinacional de PM, onde os países interessados disponibilizam forças de escalão Companhia ou Pelotão especializados em determinadas áreas, pelo que esta pode ser uma possibilidade para Portugal.

Algumas nações aliadas estão a converter unidades de manobra, em especial de carros de combate, em unidades de PM, com maior versatilidade e probabilidade de emprego nos vários Teatros de Operações (TO). Veja-se que sob o comando da componente terrestre²² da NRF 9, existem 1 Batalhão MPMSU, 1 Companhia de PM e 1 Companhia de Escolta e Guarda de EPW²³, e na Brigada existe a Companhia de PM²⁴, actualmente a ser preparada no RL2.

À semelhança de outras forças congéneres, a nossa Polícia do Exército não é, e não podemos ter veleidades que seja, especialista em todas estas tarefas. No en-



tanto, é possível eleger quais aquelas que poderá executar, treinar e com isso especializar-se, definindo-se assim as áreas para o seu melhor emprego em missões no exterior do território nacional. Para isso, pode e deve contribuir o aprofundamento da doutrina de emprego em operações das unidades PE dos nossos aliados, devidamente adaptada à nossa realidade.



NOTAS

¹ Nas quais se inclui a Guarda Nacional Republicana. Ver Lei nº 20/87, Lei de Segurança Interna, de 12JUN, Art 14º.

² Ver Código de Justiça Militar, de 15NOV03, Art 68º - Ofensas a sentinelas e Art 70º - Entrada e permanências ilegítimas.

³ Ver Código de Justiça Militar, de 15NOV03, Art 69º - Actos que prejudiquem a circulação ou segurança.

⁴ Ver Lei nº 100/03, Aprova o novo Código de Justiça Militar e revoga legislação existente sobre a matéria, de 15NOV, Art 8º - Alteração ao Estatuto da Polícia Judiciária Militar. A Guarda Nacional Republicana garante a investigação dos crimes comuns cometidos dentro das suas instalações.

⁵ Portaria 15690 do Ministério do Exército, de 04Jan56.

⁶ Atribuições Gerais (na Zona de Combate e na Zona de Interior); na Zona de Operações; nos aglomerados populacionais em território Nacional; etc.

⁷ "os agentes da PM, no exercício das suas funções devem, em todas as circunstâncias, ser considerados como sentinelas debaixo de armas e respeitados como tal, pelos militares de todas as graduações e pelos indivíduos da classe civil, nos termos do RGSUE"

⁸ Com regularidade são actualmente desempenhadas por forças do RL2 missões deste tipo.

⁹ A legislação sobre o Regulamento da utilização, condução e trânsito das viaturas do Exército é a Portaria nº 23091 de 27DEC07, com alterações estabelecidas em normas de 98 e 00.

¹⁰ APP - 12 NATO Military Police Doctrine and Procedures, de 2000.

¹¹ AJP - 3.2.3.3 Allied Military Police Doctrine, Study Draft 1 Review, de 24Jan07.

¹² AJP - 3.2 Allied Joint Doctrine for Land Operations, Ratification Draft, de 13Dec06.

¹³ Provost Marshal - É um oficial de PM, pertencente ao Estado-Maior Especial, que aconselha o Comandante e todo o Estado-Maior em todos os temas relacionados com as actividades da PM e de outras forças policiais.

¹⁴ Ver DP 20, Polícia do Exército, EPC, de 2000.

¹⁵ AJP - 3.2.3.3 Allied Military Police Doctrine, Study Draft 1 Review, de 24Jan07.

¹⁶ STANAG - 2226.

¹⁷ O Emprego da PE em Áreas Edificadas, Cap Cav Crispim e Cap Cav Loureiro, IAEM, CPOS 02-03

¹⁸ De acordo com o AJP - 3.2.3.3 Allied Military Police Doctrine, Study Draft 1 Review, de 24Jan07.

¹⁹ Idem.

²⁰ MPMSU - Military Police Multinational Specialized Unit.

²¹ ONG - Organizações não Governamentais.

²² LCC - Land Command Component

²³ EPW - Enemy Prisoners of War

²⁴ Portugal declarou que esta força não tem a competência de Investigação Criminal.

funções de instrutor no “Curso de Material Panhard”, o qual decorreu no Regimento de Cavalaria nº 7 e terminou no dia 17 de Abril de 1961²¹. Foram recebidas três Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Panhard EBR75* 15 ton. 7,5 cm 8x8 m/1959 e duas Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *Panhard ETT* 13 ton. 8x8 m/1959²², colocadas no Esquadrão de Reconhecimento. Em Setembro do mesmo ano foram recebidas do D.G.M.G. mais cinco Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Panhard EBR75* e duas Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *Panhard ETT*²³, também colocadas no mesmo Esquadrão.

Em Setembro de 1961 chegaram à Escola mais dois Carros de Combate *Patton M47*, onde foram colocados no Esquadrão de Carros de Combate²⁴. Estes dois Carros de Combate *Patton M47*, que tinham as matrículas ME-17-78 e ME-17-83, foram inúmeras vezes mal identificados ao longo da sua permanência na Escola. De facto as suas matrículas foram muitas vezes mencionadas em documentos oficiais, tais como em Ordens de Serviço, com as letras MG em vez das correctas ME, e durante certos períodos de tempo os carros utilizaram as matrículas com as letras MG em vez de ME²⁵.



Uma das Autometralhadoras GM Fox Mkl num desfile em 1959, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.(Colecção Luís Costa).

Quatro Viaturas Blindadas *Panhard EBR75*, duas Viaturas Blindadas *Panhard ETT*, bem como dois Carros de Combate *Chaffee M24* e uma Viatura Blindada *White M3A1* 4x4 participaram em Exercícios Finais dos Cursos de Oficiais e Sargentos Milicianos, realizados no final de 1962²⁶.

Em 1964 entraram novamente ao serviço da Escola mais Autometralhadoras *Humber MkIV*, vinte anos após as primeiras que foram recebidas na Escola em 1944. Foram recebidas quatro Autometralhadoras *Humber MkIV* as quais foram atribuídas ao Esquadrão de Reconhecimento²⁷.

Em Fevereiro de 1965 a Escola recebeu duas Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Daimler MkIIIA* 3 ton. 4x4 m/1963²⁸. Este tipo de viatura blindada equipava os Pelotões de Reconhecimento *Daimler* mobilizados para as três Províncias Ultramarinas e foram atribuídas à Escola para a formação de pessoal especializado. Em Setembro do mesmo ano estas duas viaturas blindadas foram abatidas e para as substituírem foram recebidas mais duas Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Daimler MkIIIB* 3 ton. 4x4 m/1963²⁹. Estas duas viaturas blindadas eram idênticas às primeiras recebi-



Uma Viatura Blindada de Reconhecimento *Panhard EBR75* da E.P.C. em exercícios.(Colecção Luís Costa).

das, com a diferença de que tinham torre fixa, e as primeiras não tinham torre.

O ano de 1966 iniciou-se com a recepção na Escola Prática de Cavalaria de mais autometralhadoras, recentemente adquiridas em França. Foram recebidas duas Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Panhard AML HE60-7*, 4,8 ton. 6 cm 4x4 m/1965³⁰, que também foram atribuídas ao Esquadrão de Reconhecimento.

Nove anos após terem chegado à Escola, os Carros de Combate *Stuart M5A1* foram abatidos à carga em Maio de 1966³¹, sendo entregues no Depósito Geral de Material de Guerra, em Lisboa. Em Outubro seguinte, foi a vez de serem abatidos os Carros de Combate *Sherman “Grizzly” M4A1*³². O Esquadrão de Carros de Combate ficou então com os sete Carros de Combate *Patton M47*.

No dia 1 de Agosto de 1968 os sete Carros de Combate *Chaffee M24* foram transferidos do Esquadrão de Reconhecimento para o Esquadrão de Carros de Combate³³ e em Outubro de 1968 a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal *Sherman “Grizzly” M4A1* foi abatida à carga da Escola³⁴. Em Março de 1969 foi a vez de serem abatidas à carga as oito Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal

White M3A1 4x4³⁵. Meses depois foi recebida mais uma Viatura Blindada de Reconhecimento *Panhard AML HE60-7*³⁶.

Dois anos depois, houve novas alterações nas viaturas do Esquadrão de Reconhecimento. Uma das Autometralhadoras *Panhard HE60-7* foi abatida à carga da Escola³⁷ e foram recebidas mais três Autometralhadoras *Humber MkIV*³⁸. No ano seguinte, em Julho de 1972 foram recebidas mais viaturas blindadas, entre as quais duas de fabrico português. Foram recebidas duas Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *Bravia “Chaimite” V200* 7 ton. 4x4 m/1967³⁹, e mais uma Viatura Blindada de Reconhecimento *Panhard AML HE60-7*⁴⁰. Meses depois chegaram a Santarém mais duas Viaturas Blindadas de Reconhecimento – as Autometralhadoras Ligeiras (AML) *Panhard HE60-7*⁴¹. Todas estas viaturas foram atribuídas ao Esquadrão de Reconhecimento.

No final de 1973 foram recebidas três autometralhadoras *Eland Mk4* 4,8 ton. 6 cm m/1972⁴², de fabrico sul-africano. Estas autometralhadoras, iguais às Autometralhadoras *Panhard AML HE60-7*, foram produzidas na África do Sul sob licença da firma Panhard francesa, e foram fornecidas ao Exército Português. Com a recepção destas três autometralhadoras, foram abatidas duas das autometralhadoras *Panhard AML HE60-7* mais antigas⁴³. Foram também abatidas duas das Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Panhard EBR75*⁴⁴.

(continua no próximo número)



NOTAS

- ¹ Ordem de Serviço nº 57 de 26 de Fevereiro de 1957, da E.P.C.
- ² Esta comissão foi mandada constituir através da Ordem de Serviço nº 91 de 1 de Abril de 1957. Foi recebido o Carro de Combate *Stuart M5A1* com a matrícula ME-07-55, aumentado à carga através da Ordem de Serviço nº 135 de 15 de Maio de 1957, da E.P.C.
- ³ Foi recebido o Carro de Combate *Stuart M5A1* com a matrícula ME-07-54, aumentado à carga através da Ordem de Serviço nº 192 de 11 de Julho de 1957, da E.P.C.
- ⁴ Ordem de Serviço nº 71 de 12 de Março de 1957, do Regimento de Cavalaria nº 7.
- ⁵ Ordem de Serviço nº 159 de 8 de Junho de 1957, da E.P.C. Este estágio foi frequentado por pessoal da Escola Prática de Cavalaria, dos Regimentos de Lanceiros nº 1 e 2 e dos Regimentos de Cavalaria nº 3, 5, 6 e 7.
- ⁶ Ordem de Serviço nº 346 de 12 de Dezembro de 1957, da E.P.C.
- ⁷ Recebido o Carro de Combate *Stuart M5A1* com a matrícula ME-12-01, aumentado à carga através da Ordem de Serviço nº 197 de 16 de Julho de 1958, da E.P.C.
- ⁸ Foram recebidos os Carros de Combate *Stuart M5A1* com as matrículas ME-11-96 e ME-12-00, aumentados à carga através da Ordem de Serviço nº 317 de 13 de Novembro de 1958, da E.P.C.
- ⁹ As relações nominais destes militares estão publicadas nas Ordens de Serviço nº 336 de 2 de Dezembro de 1958 e nº 103 de 13 de Abril de 1959, da E.P.C.
- ¹⁰ Os cinco Carros de Combate *Sherman “Grizzly” M4A1* que foram recebidos tinham as matrículas MG-24-34, MG-45-10, ME-12-05, ME-12-10 e ME-12-12, aumentados à carga pela Ordem de Serviço nº 227 de 15 de Agosto de 1959, da E.P.C.
- ¹¹ Foram recebidos os Carros de Combate *Patton M47* com as matrículas MG-00-92 e MG-02-12, aumentados à carga pela Ordem de Serviço nº 318 de 14 de Novembro de 1959, da E.P.C.
- ¹² Participaram nestes Exercícios os Carros de Combate *Chaffee M24* com as matrículas MG-01-04, MG-02-30, MG-09-14, MG-45-18, MG-87-40, e MG-87-73, e as V.B.T.P. *White M3A1* 4x4 com as matrículas MG-34-51, MG-34-69, MG-34-70 e MG-54-83. Relação publicada na Ordem de Serviço nº 202 de 21 de Julho de 1959, da E.P.C.
- ¹³ Ordem de Serviço nº 25 de 25 de Janeiro de 1960, da E.P.C.
- ¹⁴ Os militares que as foram buscar a Estremoz foram nomeados pelas Ordens de Serviço nº 77 e 79, respectivamente de 17 e 19 de Março de 1960, da E.P.C.
- ¹⁵ Ordem de Serviço nº 105 de 14 de Abril de 1960, da E.P.C.
- ¹⁶ Ordem de Serviço nº 108 de 17 de Abril de 1960, da E.P.C.
- ¹⁷ Foi recebida a viatura com a matrícula ME-12-31, aumentada à carga pela Ordem de Serviço nº 52 de 21 de Fevereiro de 1961, da E.P.C.
- ¹⁸ Ordem de Serviço nº 110 de 20 de Abril de 1961, da E.P.C.
- ¹⁹ Ao contrário da Autometralhadora *GM Fox Mk I* com a matrícula MG-50-53, cedida por empréstimo para efeitos de instrução, estas Autometralhadoras *GM Fox Mk I* com as matrículas MG-11-96 e MG-16-84, foram aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 170 de 19 de Junho de 1962, da E.P.C. Este modelo de autometralhadora seria o principal e único a ser utilizado na Guiné e em Moçambique durante vários anos, prestando relevantes serviços apesar da sua antiguidade.
- ²⁰ Ordem de Serviço nº 268 de 25 de Setembro de 1958, da E.P.C.
- ²¹ Ordem de Serviço nº 111 de 21 de Abril de 1961, da E.P.C.
- ²² Foram recebidas as V.B.R. *Panhard EBR75* com as matrículas ME-17-14, ME-17-17 e ME-17-20 e as V.B.T.P. *Panhard ETT* com as matrículas ME-17-26 e ME-19-02, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 286 de 13 de Outubro de 1961, da E.P.C.
- ²³ Foram recebidas as V.B.R. *Panhard EBR75* com as matrículas ME-16-98, ME-17-07, ME-17-18, ME-17-23 e ME-19-18 e as V.B.T.P. *Panhard ETT* com as

- matrículas ME-19-05 e ME-19-07, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 61 de 2 de Março de 1962, da E.P.C.
- ²⁴ Foram recebidos os Carros de Combate *Patton M47* com as matrículas ME-17-78 e ME-17-83 aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 60 de 1 de Março de 1962, da E.P.C.
- ²⁵ Existem fotografias nas quais os carros têm as matrículas incorrectas.
- ²⁶ Ordem de Serviço nº 352 de 18 de Dezembro de 1962, da E.P.C.
- ²⁷ Não foi possível detectar o aumento à carga destas viaturas blindadas, mas aparecem referências às Autometralhadoras *Humber MkIV* nº MG-21-45, MG-26-61, MG-21-41 e MG-40-35 respectivamente nas Ordens de Serviço nº 224 de 11 de Agosto de 1964, nº 283 de 10 de Outubro de 1966, nº 109 de 19 de Abril de 1967 e nº 234 de 22 de Agosto de 1967 da E.P.C.
- ²⁸ Foram recebidas as V.B.R. *Daimler MkIIIA* com as matrículas ME-78-04 e ME-79-93, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 48 de 17 de Fevereiro de 1965, da E.P.C.
- ²⁹ As primeiras foram abatidas pela Ordem de Serviço nº 311 de 8 de Novembro de 1965, e foram recebidas as V.B.R. *Daimler MkIIIB* com as matrículas ME-79-47 e ME-79-79, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 277 de 4 de Outubro de 1965, da E.P.C.
- ³⁰ Foram recebidas as V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com as matrículas ME-98-97 e ME-99-03, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 47 de 16 de Fevereiro de 1966, da E.P.C.
- ³¹ Abatidos através da Ordem de Serviço nº 283 de 10 de Outubro de 1966, da E.P.C.
- ³² Abatidos através da Ordem de Serviço nº 3 de 3 de Janeiro de 1967, da E.P.C.
- ³³ Transferidos através da Ordem de Serviço nº 213 de 31 de Julho de 1968, da E.P.C.
- ³⁴ Abatida através da Ordem de Serviço nº 311 de 6 de Novembro de 1968, da E.P.C.
- ³⁵ Abatidas através da Ordem de Serviço nº 87 de 28 de Março de 1969, da E.P.C.
- ³⁶ Foi recebida a V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com a matrícula MX-27-18, aumentada à carga através da Ordem de Serviço nº 328 de 24 de Novembro de 1969, da E.P.C.
- ³⁷ Foi abatida à carga a V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com a matrícula ME-99-03, através da Ordem de Serviço nº 156 de 7 de Junho de 1971, da E.P.C.
- ³⁸ Foram recebidas as V.B.R. *Humber MkIV* com as matrículas MG-26-53, MG-26-58 e MG-40-80, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 323 de 30 de Novembro de 1971, da E.P.C.
- ³⁹ Foram recebidas as V.B.T.P. *Bravia “Chaimite” V200* com as matrículas MG-48-04 e MG-58-29, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 215 de 2 de Agosto de 1972, da E.P.C.
- ⁴⁰ Foi recebida a V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com a matrícula nº MX-27-35. Não foi possível detectar a Ordem de Serviço através da qual foi aumentada à carga da Escola, mas aparece referida em Ordens de Serviço a partir de Dezembro de 1972.
- ⁴¹ Foram recebidas em 11 de Abril de 1973 as V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com as matrículas MX-27-26 e MX-27-43, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 127 de 7 de Maio de 1973, da E.P.C.
- ⁴² Foram recebidas as V.B.R. *Eland Mk4* com as matrículas MX-62-76, MX-62-78 e MX-62-81, aumentadas à carga através da Ordem de Serviço nº 9 de 9 de Janeiro de 1974, da E.P.C.
- ⁴³ Foram abatidas à carga as V.B.R. *Panhard AML HE60-7* com as matrículas ME-98-97 e MX-27-35, através da Ordem de Serviço nº 143 de 23 de Maio de 1974, da E.P.C.
- ⁴⁴ Foram abatidas à carga em 25 de Março de 1974 as V.B.R. *Panhard EBR75* com as matrículas ME-17-17 e ME-19-18, através da Ordem de Serviço nº 22 de 22 de Janeiro de 1975, da E.P.C.

Heyl Shirion - O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas

Os Anos de Formação 1948 – 1967 (3ª Parte – 1966 - 1967)

1. PAZ SEM PAZ - JANEIRO DE 1966 A MAIO DE 1967

“...nós somos uma geração que se instala na terra e sem o capacete de aço e o cano da espingarda, não poderemos plantar uma árvore e construir um lar... É este o destino da nossa geração. É esta a vida pela qual optamos – estar preparados e armados, fortes e determinados, ou então ter a espada arrebatada do nosso punho e a nossa vida ceifada...”

Moshe Dayan (Elogio Fúnebre no funeral de Roi Rutenberg, 19 de Abril de 1956)

No início de 1966, face à intensificação dos ataques terroristas efectuados por membros da al-Fatah, provenientes da Jordânia e do Líbano, Levi Eshkol decide reactivar as operações de retaliação dissuasiva do Tzahal contra objectivos em território Árabe.

Na zona fronteiriça com a Síria, os confrontos do Rio Jordão no ano anterior, saldaram-se por uma vitória das forças Israelitas. Os Sírios, que

Dr. HUMBERTO OLIVEIRA
Investigador.

simbolicamente iniciaram novos trabalhos de derivação em Ein Sufira, a 12km da fronteira, reforçam agora o apoio¹ à al-Fatah como forma de, indirectamente, manterem a pressão sobre Israel. No contexto geopolítico da região uma outra dimensão inicia o seu desenvolvimento, até Junho de 1967 de 112 ataques terroristas registados, a al-Fatah reivindicará 108.

A acção do Tzahal, inicialmente limitada a incursões na Cisjordânia, território sobre administração da Jordânia e principal via de infiltração da al-Fatah, endurece após a detonação de minas colocadas por terroristas provenientes da fronteira Síria causarem a morte de agricultores Israelitas entre os meses de Abril e Julho.

O General (GEN) Ezer Weizman² argumenta: *“Em 1966 não devemos efectuar um acto de represália como em 1955... infiltração ao coberto da noite, colocação de alguns explosivos, destruir uma casa ou uma esquadra e em seguida exfiltração das nossas forças. Quando um Estado soberano decide atacar os seus inimigos, tem obrigação de agir diferentemente. Nós temos carros de combate e temos a Força Aérea. Ataquemos de dia, operando abertamente e em força.”*³

A 14 de Julho, Israel quer transmitir uma mensagem clara à Síria. Pela primeira vez a Heyl Ha'Avir (Força Aérea Israelita)⁴ é empregue numa missão de retaliação. Em Agosto, novos confrontos aéreos sobre o lago Kinneret. Os dois meses seguintes multiplicam os incidentes na zona de fronteira. Levi Eshkol evita autorizar uma incursão terrestre contra os Sírios, teme o envolvimento Soviético caso deflagre um conflito generalizado aos países Árabes.⁵

Na 7ª Brigada Blindada, dois anos na “revolução” operada por Israel Tal, o Coronel (COR) Shmuel “Gorodish” Gonen é nomeado Comandante a 1 de Junho de 1966. Recebe do seu antecessor, o COR “Cheetch” Lahat, uma Unidade com sentido de dever, disciplinada e com elevadíssimo moral após a eficaz demonstração da competência das suas guarnições nos confrontos com as forças Sírias.

O comando de “Gorodish” inicia uma nova etapa naquela que ainda é a única Brigada Blindada regular do Tzahal. Natural da Lituânia, Gonen tem 36 anos à sua nomeação. Fanático da disciplina, acredita que a intimidação e o temor que instala nos seus subordinados são a melhor via para a obter. A par com uma reputação de feroz combatente⁶, tem uma imoderada preferência

pela exposição à imprensa. Numa época em que nasce o “folclore” em torno dos “egrofei shiryon” (punhos de aço), a 7ª Brigada do COR Gonen é a referência na excelência das unidades de combate do Tzahal. Conhecida como *Hativa Sheva* (Sétima Brigada) no organograma do Exército Israelita é, na gíria, cognominada a Brigada Hollywood, consequência da sua celebridade.

Apenas a fama do seu Comandante a precede. Não ignorando os críticos à disciplina férrea que impôs, “Gorodish” responde-lhes numa entrevista ao periódico Bamachane em 1968: *“O Comando da Brigada foi-me entregue antes da guerra, pressenti que tinha de prepará-la para o combate, aprontei-a para o combate e tornei-a um ariete de aço.”*

Em Novembro, no dia 4, Síria e Egipto assinam um acordo de defesa mútuo. Gamal Nasser, após o falhanço político na constituição da Republica Árabe Unida (RAU)⁷, pretende agora restaurar a sua credibilidade como líder do Mundo Árabe.

A 13, uma força do Tzahal, formada por um batalhão de pára-quedistas, um esquadrão de carros AMX-13 e apoio aéreo, efectua uma operação de retaliação na Cisjordânia contra a vila de Samu. No dia ante-

rior, a explosão de minas colocadas por uma célula da al-Fatah, na zona da fronteira com a Jordânia, causa a morte de três soldados Israelitas. A incursão terrestre, aprovada pelo CEM Major-general⁸ Yitzhak Rabin, é a maior desde 1956. Cerca de 40 casas são destruídas, 21 soldados Jordanos mortos em combate e um avião Hawker Hunter Jordano abatido.⁹

Nos primeiros meses de 1967 o ciclo de violência na fronteira Norte prossegue sem decréscimo.¹⁰ A 7 de Abril, caças MirageIII abatem em combate 6 Mig21 e perseguem os restantes no espaço aéreo de Damasco. A 12 de Maio, os Soviéticos acusam falsamente Israel de estar a concentrar efectivos militares na fronteira com a Síria em preparação de uma ofensiva terrestre.¹¹ A 14, Nasser reforça o dispositivo militar Egípcio no Sinai com 4 Divisões, a opinião pública Árabe exulta com *“...a batalha final na Palestina.”*

Em Israel, as três semanas que precedem a Guerra dos Seis Dias ficam conhecidas como *“Ha'Hamtana” (a espera)*. O Tenente “Yoni” Netanyahu¹², em carta de 20 de Maio, expressa para a sua família nos EUA o pulsar da população Israelita:

*“...não necessito de descrever-vos a situação neste momento, bem como o balanço de forças no Médio Oriente. Aqui a imprensa está repleta disso, e mesmo não se falando de outra coisa, não existe medo ou pânico em Israel. Espero que a guerra não deflagre. Que dispare! Nem uma alma em Israel a deseja! Mas, se a guerra irromper, estou convicto que iremos ser vitoriosos, não só porque somos suficientemente fortes – é a minha opinião e aparentemente a de todo o Israelita – mas também porque temos que vencer. É mesmo essencial para a existência do nosso Povo.”*¹³

O Heyl Shirion agrupa agora um total de dez Brigadas, oito Blindadas e duas Mecanizadas.¹⁴ À imagem do Tzahal, está pronto para o combate. Bem treinado, motivado e confiante no triunfo, porque *“...se não vencermos, não temos lugar algum para onde regressar.”*¹⁵ é exemplo da determinação de Israel em assegurar a sua sobrevivência.

Levi Eshkol, enquanto líder político, contribuiu igualmente para a transformação do Heyl Shirion. Como Ministro da Defesa determinou, por um lado, as prioridades na aquisição de novos equipamentos e por outro, com uma gestão orçamental eficiente, permitiu dotar, quer o Corpo de Blindados, quer a Força Aérea, com o armamento necessário para o seu desenvolvimento e modernização.¹⁶ Para Y. Rabin, CEM desde Janeiro de 1964, o mérito de organizar, estruturar e implementar o treino do Tzahal, *“É a contribuição de Rabin”*, afirma o GEN Gavish, *“Ele preparou o Tzahal para a próxima guerra.”*¹⁷



Cidade de Gaza. AMX-13 do COR Reshef (foto Moshe Milner SIGI)



Coluna de M1 Sherman progride em direcção a Jerusalém (foto Ze'ev Spector SIGI)

2. ALÉ KRAV¹⁸ - A AULA DE GUERRA DE 1967 - 1982 (1ª PARTE)

“Determinei antes de tudo que o meu Exército seja jovem. Sabia de antemão que existiam fortes riscos ao confiar comandos essenciais a jovens chefes... mas os velhos referem-se sempre a uma história militar caduca. Nem um, dos seis CEM que nomeei, tem mais de quarenta anos.”

Ben-Gurion¹⁹

O Plano. *“Mostrem-me o vosso plano - isto é, se até tiverem um. Eu tenho o meu.”*²⁰

Os desenvolvimentos político-militares em Maio reforçam a hipótese de guerra como a consequência lógica da retórica e da acção beligerante de Nasser.

A retirada da FENU do Sinai, o continuado fortalecer do dispositivo militar Egípcio na Península, o bloqueio ao Estreito de Tiran (*casus belli* do conflito) e o pacto militar com a Jordânia requerem uma decisão política urgente do Primeiro-ministro Israelita.

No Tzahal aguarda-se impacientemente²¹ a ordem para agir. Numa reunião, efectuada no quartel-general do Comando Sul, onde está presente Levi Eshkol, o GEN Sharon

resume a convicção da maioria dos oficiais:

“Disse ao Primeiro-ministro que na minha opinião o Exército Israelita podia derrotar totalmente os Egípcios, não havia dúvidas acerca disso.”²²

Os resultados do diálogo diplomático das semanas anteriores foram insuficientes para persuadir as chefias militares. Na sua maioria, como Ariel Sharon, acreditam serem infrutíferas as pressões internacionais exercidas sobre Nasser e que o ataque Egípcio será inevitável. A 25 de Maio os efectivos da reserva do Tzahal são mobilizadas.

Eshkol não pode prolongar por mais tempo as suas hesitações e acede a alargar a coligação governamental com a formação de um Governo de Unidade Nacional. A 1 de Junho²³, Moshe Dayan é nomeado Ministro da Defesa, só ele pode restabelecer a credibilidade do Gabinete perante os oficiais superiores do Tzahal e a opinião pública Israelita.

Falhado o princípio da dissuasão²⁴ no impedir de uma ameaça militar Egípcia, resta agora a Moshe Dayan manter a integridade territorial de Israel através de uma acção preemptiva e simultaneamente assegurar a iniciativa ofensiva no confronto.

No Kirya, quartel-general do Tzahal perto de Tel Aviv, encontra um plano de contingência. Contempla a captura da Faixa de Gaza após o que as forças Israelitas devem progredir no eixo costeiro na direcção de El Arish até ao Canal do Suez.

Com objectivos limitados, a sua implementação resulta em ganhos

territoriais mas deixa as forças inimigas intactas e o Tzahal vulnerável a contra-ataques no seu flanco. Para Dayan *“...este plano não parece praticável por razões políticas e militares.”*²⁵

Dayan quer uma ofensiva generalizada. O objectivo é eliminar o Exército Egípcio no Sinai por meio de uma campanha rápida e decisiva composta por 4 princípios: surpresa, iniciativa, flexibilidade e movimento.

– Efeito de surpresa a alcançar por meio da acção estratégica desenvolvida pela Heyl Ha'avir (Força Aérea Israelita), com o desencadear de uma operação que visa neutralizar a aviação militar Árabe e, consequentemente, obter a superioridade aérea na frente de combate.⁽²⁶⁾

– Iniciativa para manter a capacidade de influenciar decisivamente o desenrolar tático e operacional da campanha.

– Flexibilidade para actuar em simultâneo com a fluidez do ambiente operacional e criar situações que explorem a incapacidade Egípcia de adaptação.

– Movimento/velocidade para obter superioridade tática, minimizar baixas e alcançar rapidamente os objectivos da missão.

Assumindo que o Tzahal tem apenas entre 48 a 72 horas para desenvolver a sua ofensiva, Dayan informa que não será comunicada à imprensa a situação na frente de combate. Confiante na vitória, pretende assim, por um lado, obter o máximo de tempo possível até o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) impor um cessar-fogo e por outro, face à possibilidade de uma intervenção militar Soviética, retardar a sua reacção.²⁷

“Confrontar e destruir o poder militar Egípcio”, é o objectivo de Moshe Dayan. Consciente das reper-

cussões regionais, recusa o argumento evocado que a conquista de território se traduzirá, posteriormente, em activo político. E, sensível ao isolamento de Israel, quer que o Tzahal se detenha a razoável distância do Canal do Suez, evitando assim a pressão diplomática internacional.

O seu pensamento estratégico é conciso nas palavras que dirige aos oficiais do Estado-maior no dia 2 de Junho. Aharon Yariv, Director do A'Man⁽²⁸⁾ em 1967, recorda-as:²⁹

“Dou-vos agora as instruções do Ministro da Defesa: 1. Atacar o Exército Egípcio. 2. Não alcançar o Canal. 3. Não entrar em Gaza.”

3. A GUERRA DOS SEIS DIAS - DE 5 A 10 JUNHO DE 1967

– PENÍNSULA DO SINAI

O Sinai é o principal Teatro de Operações (TO) das forças do Tzahal. Na ofensiva terrestre, com a missão de eliminar a presença do Exército Egípcio na Península, confrontam sete divisões que alinham cerca de 140.000 homens, 950 carros de combate, 1.000 veículos blindados e 900 peças de artilharia.

Da experiência adquirida nas batalhas ocorridas em 1956 e da doutrina Soviética resulta, para o Estado-Maior Egípcio, a transformação das vias de acesso ao Sinai num dispositivo defensivo que consideram intransponível.³⁰ O sistema, combinando forças defensivas, aproveitamento dos obstáculos naturais e unidades móveis Blindadas, permite a flexibilidade necessária para desenvolver o contra-ataque após as primeiras linhas repelirem a ofensiva inicial inimiga.³¹

O eixo Norte costeiro Gaza-Rafah-El Arish, é defendido com duas Divisões de Infantaria, a 20ª



Comandante da Frente do Sinai GEN Yeshayahu Gavish (foto SIGI)

Palestiniana em Gaza e a 7ª posicionada entre Rafah e El Arish. Fortificado em profundidade, a sua defesa é apoiada pela força de reserva móvel constituída pela 4ª Brigada Blindada Egípcia, concentrada na área de Bir Gifgafa.

O perímetro defensivo da 2ª Divisão de Infantaria, no eixo Central, desdobrado entre Abu Agheila e Kusseima, inclui o polígono militar de Umm Katef. Ferrolho do acesso ao centro da Península, a faixa fortificada de Umm Katef tem 1km de profundidade e uma frente com 5km. É constituída por três linhas de trincheiras protegidas por campos de minas nas zonas circundantes e duas Brigadas de artilharia à retaguarda da posição. Abriga três Batalhões de Infantaria e dois Batalhões Blindados, como reserva activa. A Oeste, em Jebel Libni e Bir Hassna, posiciona-se a 3ª Divisão de Infantaria, é a reserva do Corpo de Exército Egípcio no Sinai e apoia as posições no Norte e Centro da Península.

A Sul, no eixo Kuntilla-El Themed-Nakhl, a 6ª Divisão Mecanizada assegura a defesa da que foi a área principal de infiltração das forças Israelitas na Operação Kadesh.

Como apoio de reserva, o EM Egípcio posiciona entre Kusseima e Kuntilla um agrupamento comandado pelo GEN Saad el-Shazli. Integra uma Brigada Blindada, uma Brigada de Artilharia e uma Brigada de Comandos, é denominada a Força Shazli.

O Tzahal, com a totalidade dos seus efectivos mobilizados³², dispõe-se para o combate terrestre com quatro *Ugdot* e diversas Brigadas independentes. Sem estrutura permanente, a formação *Ugda* é composta por forças adaptadas à natureza das missões. O número de unidades que integra é igualmente determinado em função do objectivo proposto. O comando, controlo e comunicações (C³) é efectuado com base num Posto de Comando (PC) totalmente móvel de forma a permitir acompanhar a progressão das unidades avançadas.

O GEN Yeshayahu “Shaike” Gavish agrupa, sob o seu Comando Territorial Sul, três *Ugdot*, com cerca de 15.000 efectivos cada, concentradas numa frente de 40km:

– A *Ugda* 84 do GEN Israel Tal no eixo Norte do Sinai, composta por duas Brigadas regulares e uma da reserva: A 7ª Brigada Blindada do COR Gonen, a 35ª Brigada Páraquedista do COR “Rafal” Eitan e a 60ª Brigada Blindada da reserva do COR Menachem Aviram. O GEN Tal dispõe ainda de uma força de reserva constituída por 18 M48 Patton com a peça de 105mm, comandada pelo COR Granit Israel. A *Ugda* agrupa cerca de 250 carros de combate.

Objectivo: Avançar entre Rafah e Khan Yunis, eliminar as forças inimigas de Khan Yunis, isolar a Faixa de Gaza e posicionar-se na estrada costeira entre Gaza e Kantara. Progredir para Oeste e destruir a linha de defesa Egípcia entre Rafah e El Arish.

Israelitas, desdobradas para um ataque simultâneo em diversas frentes ao dispositivo Egípcio.

Desde a sua mobilização a 25 de Maio, os reservistas prepararam-se arduamente para a batalha. Sharon quer os seus homens: "...a conhecer cada detalhe topográfico, cada posição, cada soldado que irão confrontar".

De modo contrário a "Talík" Tal, que prefere o tandem carros de combate - força aérea para provocar a ruptura das linhas inimigas, "Arik" dá primazia a uma formação próxima do conceito de armas combinadas e exercita o apoio mútuo entre os carros de combate, a Infantaria e a Engenharia da sua *Ugda* no combate nocturno.

Os Egípcios acreditam que à excepção de um ataque frontal, o sector de Abu Agheila / Umm Katef é intransponível. Sharon e o COR Mordechai "Motke" Zippori da 14ª Brigada Blindada pretendem provar o contrário.

De manhã, os 45 Centurion do Batalhão comandado pelo TCOR Natan "Natke" Nir, iniciam a progressão sob a cobertura de bombardeamentos de artilharia e apoio aéreo de aviões Fougamaster. Destruídos os postos defensivos avançados, o movimento prossegue através das colinas de areia consideradas intransponíveis pelos Egípcios. Ao entardecer, flanqueada a posição de Abu Agheila por Norte, Nir bloqueia o acesso proveniente de Jebel Libni e prepara o assalto nocturno. Para os defensores começa o que "Arik" Sharon chamou "um ininterrupto desenrolar de surpresas."

Simultaneamente, uma força mista de AMX-13 e Infantaria dirige-se para Sul com a missão de bloquear a via de acesso proveniente de Kusseima. Sharon isola assim o sector de toda a possibilidade de reforço por parte das tropas Egípcias.

Na fase seguinte, a meio da tarde, avança o Batalhão de SuperSherman da 14ª, que integrado com o Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada e um Batalhão de Engenharia, se posiciona frente à linha de trincheiras a Este. Têm como missão romper num assalto frontal o centro das linhas inimigas, após o que, os SuperSherman devem inflectir para Norte e apoiar o assalto da 9ª Brigada de Infantaria do COR Adam.

Na sua retaguarda, ao final do dia, os seis Batalhões de Artilharia autopropulsionada seguem o mesmo eixo de progressão. Vão apontar baterias, a coberto das colinas, às linhas de trincheiras a Nordeste.

A 9ª Brigada de Infantaria do COR "Kuti" Adam³⁸, reforçada com unidades de Engenharia, concentra-se a 12km de Abu Agheila. O restante percurso é percorrido em marcha. A coberto da diversão provocada a Este, "Kuti" lidera os seus três Batalhões em "duas intermináveis filas" e envolve, despercebidamente, as trincheiras por Norte. O assalto, coordenado com o fogo de artilharia, de Norte para Sul, é simultâneo nas três linhas de defesa.

A terceira fase está confiada aos pára-quedistas do COR Dani Matt. Helitransportados para Norte, à retaguarda das principais linhas de defesa, vão infiltrar-se no interior do sistema inimigo e neutralizar as posições de artilharia Egípcia, impedindo assim o seu contra-fogo.

Às 22.00, a artilharia Israelita desencadeia a flagelação dos objectivos preestabelecidos, preliminar ao assalto nas múltiplas frentes, mais de 6.000 obuses são disparados sobre as tropas Egípcias nas trincheiras. O GEN "Arik" Sharon, no seu PC iniciava o desenrolar das suas surpresas tácticas.

Abu Agheila não resiste ao assal-

to do batalhão do TCOR Nir, que prossegue velozmente para Sul. A sua missão secundária é integrar a força de Sharon no ataque principal a Umm Katef e confrontar, na retaguarda, as forças blindadas Egípcias de reserva.

A batalha dura toda a noite. Nir é gravemente ferido em ambas as pernas. Cerca das 11.00 do dia 6, cessa a resistência. O GEN Sharon reporta 40 mortos em combate e 140 feridos, "mas a totalidade da posição Egípcia está nas nossas mãos". Dezanove Centurion e M48 foram destruídos, as baixas Egípcias são estimadas em 1.000 mortos e milhares de feridos.

Ugda GEN Avraham Yoffe "O defeito do nosso Exército é que o cabo diz uma coisa, o Capitão outra e todos querem tomar a iniciativa."³⁹

O GEN Yoffe, aos 53 anos é o decano dos *ugdonerim* (comandantes de *Ugda*). Na reserva, o seu conhecimento do TO - comandou a 9ª Brigada de Infantaria na Operação Kadesh e de 1958 a 1962 foi Comandante do Comando Territorial Sul - faculta a sua mobilização.

Como Sharon, salienta a importância do treino e da preparação para o combate dos reservistas no Tzahal: "Obtivemos estes resultados em virtude de um treino contínuo e intensivo dos reservistas, um treino mais duro que a guerra."⁴⁰

Agora, os reservistas do GEN Yoffe conseguem o impossível. Conduzem os seus carros de combate durante 55km, num mar de areia e dunas, transpondo em nove horas a zona que os Egípcios, por considerarem intransitável, desproveram de defesas.

O cruzamento de Bir Lahfan, 20km a Sul de El Arish, é o objectivo dos dois batalhões de Centurion do COR. Shadmi. A sua posse per-



M48 PATTON do 79º Batalhão. Avanço para Khan Yunis (foto Shabtai Tal SIGI)

mite controlar a via de acesso da 4ª Brigada Blindada Egípcia e impede que os reforços Egípcios provenientes de Bir Gifgafa, manobrem de forma a atacar o flanco da *Ugda* Tal no eixo costeiro a Norte.

No extenso estudo sobre as batalhas de Abu Agheila, o Dr. Gawrich refere ser na manobra da *Ugda* Yoffe que "a natureza genial do plano militar Israelita é claramente revelada. Com a força de Yoffe em Bir Lahfan, Gavish tinha a flexibilidade de auxiliar as forças Israelitas em Abu Agheila ou em El Arish."⁴¹

De noite, duas Brigadas Egípcias avançam na direcção das forças Israelitas posicionadas nas imediações de Bir Lahfan. As suas guarnições confiam que a estrada está desimpedida e progridem com os projectores dos T55 ligados. O embate com os Centurion emboscados ocorre cerca das 22.00. Relutantes em prosseguir com o combate nocturno, os Egípcios retiram para uma distância segura, nove T55 são destruídos no confronto.

Ao amanhecer, apesar de fustigados pela aviação Israelita, os Egípcios tentam reiniciar o ataque. Para as guarnições dos Centurion, a escolha dos alvos inicia-se entre os 3.000 e os 4.000 metros, a rapidez e preci-

são do disparo são fatais para 28 T55, os restantes retiram.

A Brigada do COR Sela retardou o seu avanço para o Sinai. Ao final do dia prossegue no eixo Abu Agheila - Jebel Libni, onde, ao entardecer do dia 6, se reúne com a 200ª Brigada do COR Shadmi.

A primeira fase da ofensiva terrestre na Península está concluída ao início do dia 6 de Junho. As três *Ugdots* romperam o centro de gravidade da defesa Egípcia e convergem rumo à zona do Canal.

- FAIXA DE GAZA

"A Faixa de Gaza era um ninho de vespas", advertiu previamente Dayan aos seus oficiais do EM, o que não impediu, na manhã de 5, o avanço da força comandada pelo COR Yehuda Reshef. Considerações tácticas por parte das unidades no TO determinam que os 45km de extensão da Faixa sejam implicados no movimento ofensivo das forças Israelitas.

No rasto da 7ª Brigada, Reshef faz avançar sobre Khan Yunis um batalhão de Infantaria apoiado por AMX-13. As restantes unidades da força *ad-hoc*, desdobradas em diferentes eixos, progridem em direcção à Cidade de Gaza, sede administrativa da Faixa. Para o carro ligeiro, o

combate urbano é mortífero e oito são destruídos por minas e armas anti-carro.

Ao anoitecer, "Shaike" Gavish opta por retirar os AMX-13 de Gaza e destaca dois batalhões pára-quedistas do COR "Rafal" Eitan, com a sua força de M48 Patton, para apoiar Reshef em Khan Yunis.

No dia 6, com a aviação Israelita disponível para acções de apoio às forças terrestres, é dado o assalto ao longo da Faixa. Ao final do dia, o Governador Militar Egípcio acorda a rendição com os oficiais Israelitas.

- JERUSALÉM, SAMARIA E JUDEIA - 5 DE JUNHO

O combate na frente Centro é por Jerusalém. A espiritual e a terrestre cidade foi criada pelo Rei David há 3.500 anos como capital do seu reino. Estava dividida em duas áreas por linhas traçadas num mapa a 30 de Novembro de 1948. No penúltimo parágrafo das suas memórias sobre a libertação de Jerusalém, o GEN Uzi Narkiss, responsável pelo Comando Territorial Centro escreve: "...e Jerusalém parece...ter herdado o seu legado bíblico."

Considerações políticas e simbólicas aconselhavam o Rei Hussein da Jordânia a manter uma prudente neutralidade face aos desenvolvimentos militares na região. O seu Exército provava o ano anterior, na vila de Samu, que dificilmente seria um obstáculo a considerar numa ofensiva terrestre do Tzahal.

A aliança militar com Nasser, acordada a 30 de Maio e que resultou no EM Jordano sob as ordens de um General Egípcio, não equilibra o balanço de forças, mesmo face ao desprovido dispositivo defensivo do Tzahal na frente Centro.

Hussein recusa não só a evidên-



M51 Sherman da 60ª Brigada na periferia de Rafah (foto Micha Han SIGI)

cia, como prefere ignorar a mensagem do Governo Israelita, enviada nessa manhã através do GEN Odd Bull supervisor da ONU, a assegurar não pretender envolver a Jordânia no conflito.

E, três horas após o início da ofensiva no Sinai, Hussein, induzido ou não por Gamel Nasser, está implicado na engrenagem de guerra.

O Exército do reino Hashemita concentra sete Brigadas de Infantaria na margem Ocidental do Jordão. Três na Samaria, o sector Norte, uma a Sul, em Hebron na Judeia, duas na área de Jerusalém e uma perto de Jerico. As duas Brigadas Blindadas, a 40ª e a 60ª equipadas com 200 carros de combate Centurion e M48 Patton, posicionam-se perto da ponte de Damiya e nos arredores de Jerico. Dois batalhões de Comandos Egípcios e uma Brigada Blindada Iraquiã (a 8ª) em trânsito, reforçam os cerca de 45.000 efectivos Jordanos.

Uzi Narkiss, nascido há 42 anos em Jerusalém, dispôs as suas quatro Brigadas em estado de alerta recebida a confirmação que a primeira vaga de assalto da Heyl Ha'Avir partiria rumo aos aeródromos Egípcios no Sinai, "...estamos na defensiva. Por agora...".

O GEN Israel Tal observa, ao escrever sobre a Guerra dos Seis Dias, que pela sua característica envolveu apenas acções ofensivas, "sem

operações defensivas". Na realidade, apenas se conhece uma ordem no Tzahal: *Aharai* (Sigam-me).

Após os primeiros bombardeamentos de artilharia à base aérea de Ramat David, em simultâneo com a infiltração de forças Jordanas no enclave desmilitarizado, o dispositivo militar Israelita, totalmente vocacionado para a acção ofensiva, reage rápida e agressivamente, encetando o contra-ataque. Velhas contas por saldar com a antiga Legião Árabe⁴² serão em breve ajustadas por Narkiss e os seus oficiais.

O TO não é o adequado às formações Blindadas. Colinas de natureza rochosa com estreitas vias de comunicação, vales e elevada densidade urbana, dificultam a manobra dos carros de combate. O Comando Territorial Centro dispõe apenas de uma Brigada do Heyl Shirion, a 10ª Mecanizada *Harel* comandada por Uri Ben-Ari, Coronel na reserva. Com dotação de 60 M-50 SuperSherman, é reforçada com um esquadrão de novos Centurion a 4 de Junho. As restantes Brigadas de Infantaria do Comando Central são apoiadas por esquadrões de Sherman M1.

Uri Ben-Ari tem a 10ª Brigada posicionada a 16km Oeste de Jerusalém. Nomeado comandante a 27 de Maio, o seu regresso é

efusivamente festejado pelos veteranos na Brigada. Uma semana para preparar os 3.500 efectivos não é missão impossível para o COR Ben-Ari, agora com 42 anos.

A missão da Brigada é conhecida às 14.30. Capturar os cumes nas colinas a Nordeste e assegurar o bloqueio do eixo de comunicação denominado Corredor de Jerusalém. O controlo desta via permite isolar a cidade e impedir a chegada de reforços Jordanos provenientes de Jerico e Ramallah.

Precursor dos conceitos táticos do Heyl Shirion, Ben-Ari refere posteriormente sobre a sua missão: "Se alguém leccionasse no curso de oficial superior que era possível a uma Brigada Blindada vinda da planície atacar as posições de Jerusalém... tinha sido corrido."⁴³

Os Centurion avançam apenas nos primeiros quilómetros. Sem tracção no íngreme trilho da encosta para Beit Hanina e com guarnições inexperientes, deslizam nas pedras soltas das vertentes, immobilizando-se por entre as rochas sem possibilidade de recuperação.

O batalhão prossegue com os fiáveis e ágeis SuperSherman. Para trás, as posições do Exército Jordano foram sucessivamente destruídas. Agora, na sua rota, de sentido contrário avançam os M48 Patton da 60ª Brigada Blindada Jordana provenientes de Jerico.

Seis M-50 SuperSherman alcançam a estrada que liga a Jerusalem às 02.00. A ascensão, 2,5km em linha recta, foi percorrida em oito horas. Na vanguarda da Brigada, a reduzida força comandada pelo MAJ Uri Berez, prossegue para Este em direcção ao cruzamento Beit Hanina / Ramallah / Jerusalém (Tel el-Ful), que bloqueia com o fogo das suas peças a uma distância de 1.250 metros.

(continua no próximo número)

NOTAS:

1. Após o golpe militar de Fevereiro, organizado pelo sector radical do Partido Ba'ath, a colaboração do novo governo Sírio com as organizações Palestínias é total. O apoio logístico, o treino e o equipamento concedido, suportam as acções terroristas efectuadas em território Israelita e criam uma insegurança semelhante ao período pré-1956.
2. O GEN Ezer Weizman, um dos fundadores da Heyl Ha'Avir (Força Aérea Israelita), é nomeado seu Comandante em Julho de 1958, tem 34 anos. Desempenha funções até Abril de 1966, assumindo posteriormente a chefia do Comando Operacional do Tzahal até 1969. Em 1993 é eleito Presidente do Estado de Israel. Reeleito em Maio de 1998, demite-se das suas funções em Maio de 2000 devido a suspeitas de corrupção financeira.
3. Weizman, Ezer, *On Eagle's Wings*, p. 102 e 103.
4. Com o objectivo de destruir as máquinas de escavação em Ein Sufira, a acção assinala igualmente o primeiro combate aéreo entre os Mig21 Sírios e os Mirage III Israelitas. O sucesso da missão paralisa por completo o projecto de derivação, já sem efeitos práticos após os confrontos de Tel Dan em Agosto de 1965.
5. Ver o artigo: *Levi Eshkol, Forgotten Hero* por Michael B. Oren, revista *Azure* nº 14, Winter 5763/2003.
6. O COR "Gorodish" Gonen foi condecorado com a Itur Ha'oz (medalha de Coragem), por feitos na batalha de Rufe'a Dam, enquanto Capitão, comandante do Esquadrão A do 82º Batalhão, na Operação Kadesh. Instituída após a aprovação da Lei das Condecorações em 1973, é a segunda mais alta condecoração do Estado de Israel e é atribuída pelo Chefe de Estado-Maior (CEM) do Tzahal.
7. Formada em 1958, como consequência da ideologia nacionalista Árabe de Gamal Nasser, a RAU fragmenta-se em 1961 após o afastamento da Síria. A desagregação é o primeiro sinal no declínio político de Nasser e da sua visão em unificar o Mundo Árabe, o Pan Arabismo.
8. O Tzahal até 1968 tem apenas duas graduações em General, Aluf e Rav-Aluf, equivalente a General e Major-general, posto do CEM. Em 1968 é criada a graduação de Tat-Aluf, equivalente a Brigadeiro, correspondendo a graduação do CEM a Tenente-general.
9. Após a incursão, o Rei Hussein da Jordânia critica violentamente Gamal Nasser. Questiona a passividade política do líder Egípcio face à operação de Israel, interroga onde está o apoio militar prometido e acusa-o de "...esconder-se atrás das saias da Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) no Sinai." Insultado, Nasser é compelido a adicionar actos à retórica do discurso beligerante habitual.
10. Falhadas as negociações para a resolução das zonas desmilitarizadas na fronteira entre Israel e a Síria, mediadas pelo Mixed Armistice Committee da ONU, em Janeiro e Fevereiro de 1967, os confrontos centram-se agora nos enclaves criados pela linha de armistício de 1949. Israel arroga o direito de utilizar os terrenos para o cultivo, bem como reclama o uso da zona piscícola junto da margem Nordeste do Kinneret.
11. No contexto político permanece sem resposta o porquê da desinformação Soviética. Provocar a guerra com a intenção de posteriormente efectuar uma intervenção militar na região? Reforçar a dependência Árabe do bloco Soviético? Ou "enganar" dos Serviços de Informação Soviéticos? Ver: *The Cold War's Longest Cover-up: How and why the USSR instigated the 1967 War* por Isabella Ginor, MERIA Journal, Volume 7 Nº3 September 2003 e *The Russians Were Coming: The Soviet Military threat in the 1967 Six-Day War* por I. Ginor, MERIA Journal, Volume 4, Nº4, December 2000.
12. O Tenente-coronel (TCOR) Yonatan "Yoni" Netanyahu é morto em combate a 3 de Julho de 1976

no Aeroporto de Entebbe, no Uganda. Emblemático oficial da *Sayeret Mat'Kal* e oriundo dos *Tzahanim* (Para-quadistas Israelitas), é menos conhecido o facto que, após a Guerra do Yom Kippur, impressionado com a resistência heroica das unidades blindadas envolvidas na defesa dos Montes Golan, é voluntário em Dezembro de 1973 para frequentar o curso de carros de combate. Comanda um Batalhão da 7ª Brigada até à Primavera de 1975.

13. Hastings, Max, *Yoni Hero of Entebbe*, p. 68.
14. As Brigadas de Infantaria Mecanizada do Tzahal integram o Corpo de Blindados. Unidade de reserva, cada Brigada é constituída em 1967 por dois batalhões de Infantaria Mecanizada com viaturas M3 e um batalhão de carros de combate Sherman. Na Guerra dos Seis Dias, a 10ª Brigada de Infantaria Mecanizada, a Brigada *Harel* do Comando Territorial Centro, é comandada pelo COR Uri Ben-Ari e a 27ª Brigada do COR Emmanuel Shehed, integra o Comando Territorial Norte do GEN David "Dado" Elazar.
15. Alocação do COR Gonen, da 7ª Brigada, aos seus homens dias antes do início da Guerra dos Seis Dias. Citado por I'eveth, Shabtai, *The Tanks of Tammuz*, p. 109.
16. Apesar de apelidado o pai da indecisão política, Levi Eshkol avalia correctamente as insuficiências militares de Israel. Com os recursos disponíveis, procura encontrar soluções e não descarta nem uma área. Em 1966, ao ter conhecimento que o Heyl Shirion apenas tem reserva de munições para três dias de combate providencia a sua duplicação para seis dias.
17. Rabinovich, Prof. Abraham, *The War Nobody Wanted, Six Day War 30th Anniversary*, Jerusalem Post, 2002.
18. *Alé Krav* (Ao Combate), Grito de combate da 7ª Brigada Blindada.
19. Citado por Larteguy, Jean, *Les Centurions du Roi David*.
20. Moshe Dayan aos Generais do Estado-Maior do Tzahal no dia da sua nomeação como Ministro da Defesa. Citado por Oren, Michael B., *Six Days of War*, p. 138.
21. Os oficiais do EM do Tzahal consideravam que, na falta de uma acção militar imediata contra o Exército Egípcio, a probabilidade de perder-se o elemento de surpresa teria como consequência um maior número de baixas Israelitas em combate. Interpretações de estudos recentes sobre a Guerra dos Seis Dias, motivadas por preconceitos ideológicos, questionam a pressão exercida sobre o Primeiro-ministro Levi Eshkol. Ver *Six Days of War* (páginas 132 a 134), por Michael B. Oren, Oxford University Press 2002; *The Israeli Military and the Origins of the 1967 War* de Ami Gluska, Routledge 2007 e o artigo *Was there danger of a coup?* por Ze'ev Shiff, Haaretz, 19 Novembro 2004.
22. Sharon, Ariel, *Warrior*, pag.183.
23. 1 de Junho é igualmente o dia em que o GEN Ham Bar-Lev é nomeado adjunto do CEM Y. Rabin. Após a sua substituição por Ezer Weizman, na Direcção do Comando Operacional em Abril de 1966, Bar-Lev vai prosseguir os seus estudos académicos para França. Ao inteirar-se do Estado de Alerta em Israel, quer retornar para "...qualquer função, até comandante de pelotão." Regressa a 17 de Maio, tem agora 43 anos, sucederá a Rabin como CEM no final do ano.
24. "...o potencial de dissuasão de Israel de nada lhe serviu. Não impediu o Egípcio de mobilizar todos os Estados Árabes para entrarem em guerra com Israel." Yitzhak Rabin, artigo publicado na revista *Vida Mundial* nº 1518 de 12 de Julho de 1967.
25. Dayan, Moshe, *My Life*, p. 322.
26. Condição essencial na obtenção de surpresa, o conhecimento integral e actualizado das forças armadas Árabes e seus dispositivos militares obtido através dos diferentes serviços de informação Israelitas. Samuel M. Katz refere: "É certo assumir que, na história da guerra

moderna, nunca uma nação esteve provida com uma descrição de tal maneira correcta do dispositivo inimigo, suas formações, capacidades e incapacidade como o Tzahal às 07:40 na manhã do dia 5 de Junho de 1967..." Katz, Samuel M, *Soldier Spies - Israeli Military Intelligence*, p. 189.

27. Ver Schiff, Ze'ev, *A History of the Israeli Army*, páginas 130 e 131.
28. Acrónimo de Agaf Mode'In, o Serviço de Informações do Tzahal é responsável pela aquisição, avaliação e análise de dados militares, económicos e geográficos das nações e organizações que representam uma ameaça potencial para o Estado de Israel.
29. Bregman, Ahron, *Israel's Wars, 1947-93*, p. 53.
30. Um historiador Israelita formula a sua opinião sobre a defesa estática Egípcia: "Um estratega tem de tirar a bandeiras despregadas quando ao sobrevoar a Península do Sinai observa os sistemas de trincheiras dos Egípcios. Como tivessem transportado para o solo do deserto os esquemas dos manuais Soviéticos, de tal modo implementam, como escavos, os esquemas de ensino nas suas instalações...no Sul construíam a terceira linha de trincheiras absurdamente num vale, só a fim de manter a presente distância de 300m." Frost, Ernst, *David e Goliath*, p.114. Sobre as insuficiências defensivas do dispositivo Egípcio ver *Arabs at War - Military Effectiveness, 1948-1991* (pp. 60 e 61), por Kenneth M. Pollack, University of Nebraska Press, 2002.
31. *Ver Weapons and Tactics of the Soviet Army* (página 73), por David C. Isby, Jane's Publishing, 1988.
32. O número total de mobilizados é de aproximadamente 250.000 efectivos, consistindo em cerca de 200.000 reservistas e 50.000 entre militares do quadro permanente e conscritos. Forças terrestres: 225.000 efectivos.
33. O GEN "Ank" Sharon frequentou o curso de carros de combate em 1961, quando exercia funções como Comandante da Escola de Infantaria do Tzahal. Após a requalificação como oficial do Heyl Shirion é-lhe atribuído o Comando de uma Brigada Blindada na reserva. Criativo e original na abordagem aos problemas táticos, surpreendia constantemente o seu instrutor com as soluções encontradas. Ver *Sharon An Israeli Caesar* (p.90), por Uzi Benziman, Adama Books, 1985.
34. A Força Blindada de apoio à 35ª Brigada Para-quadista é constituída por M48 Patton com a peça de 105mm e AMX-13 guarnecidos pelos instrutores e alunos da Escola de Blindados do Heyl Shirion. É comandada pelo COR Uri Baron, Comandante da Escola.
35. Eitan, General Rafal, *A Soldier's Story*, Spi Books 1992, p. 101.
36. Kahalani, Avigdor, *A Warrior's War*, Steimatzky 1999, p. 97.
37. Sharon, Ariel, *Warrior*, p.188.
38. O COR Yekutiel "Kuti" Adam é o pai do MGEN Udi Adam, Comandante do Comando Territorial Norte, que apresentou a sua demissão na sequência da Operação Mudança de Direcção efectuada pelo Tzahal no Líbano entre Julho e Agosto de 2006. Udi Adam foi o primeiro oficial oriundo do Heyl Shirion a ser nomeado para a Direcção de um Comando em mais de uma década.
39. Stevenson, William, *6 Dias de Guerra*, p. 74.
40. Larteguy, Jean, *As Muralhas de Israel*, p. 239.
41. Gawrych, Dr. George W. *Key to the Sinai*, p. 106.
42. A Legião Árabe foi reorganizada por Sir John Bagot Glubb (Glubb Pacha) em 1930 a pedido do Rei Abdullah da Transjordânia, bisavô do actual Rei. Em 1956 é dissolvida e os seus quadros integrados no novo Exército Jordano.
43. Hammel, Eric, *Six Days in June*, p. 308.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL

50 Anos
1957 - 2007

5 Balcões:
Mafrã - Azeiteira - Encarnação
Póvoa da Galega - Malveira

MOTOR DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

Síte: www.ccammafra.pt
Email: ccammafra@mail.telepac.pt

STRATORES - Tratadores Hipo

Cuidar com zelo do cavalo, mular ou qualquer outro animal que lhe tenha sido distribuído para serviço ou tratamento”

artº 10º - Deveres Militares

O cavalo, o admirável e frágil animal que desde os tempos pré-históricos fascinou o Homem, foi companheiro presente, praticamente em todas as guerras. Assim tem sido ao longo dos tempos, principalmente nos exércitos que fizeram dele suporte para o combate, montados, ou atrelados a carros. Para os manterem em condições de responderem ao solicitado, foi criado nos exércitos um corpo de especialistas militares, sendo responsabilizados, uns pelo seu desbaste e ensino, outros pela sua manutenção em condições de permanente utilização: como são os casos do médico veterinário, ferrador e tratador hipo. Mas é ao tratador hipo que, por mais de perto lidar com o cavalo e melhor o conhecer, se exige mais cuidados e atenção.

O tratador hipo, dentro do leque das várias especialidades militares que o exército ministra, pelo menos no núcleo das “não combatentes”, talvez seja a que menos atractivos

suscita. De função e posição social modesta, quer como especialidade militar, quer como profissão civil, o tratador hipo é, contudo, peça fundamental no apoio ao conjunto formado pelo binómio cavalo/cavaleiro. Se no plano militar, em campanha ou nos esquadrões de cavalaria montados, caso actual da GNR, eram e são os próprios cavaleiros que cuidam das suas montadas, pelo menos ao nível das praças, já o mesmo não acontece quando o cavalo está atribuído como montada de serviço ou desporto a graduados. Nestes casos, o tratamento e cuidados a dispensar ao cavalo no dia a dia, estão a cargo do tratador hipo. É responsabilizado para que a alimentação não lhes falte, cuida da sua apresentação e limpeza, faz e levanta as camas, apanha os *cagados* e informa o médico veterinário quando nota qualquer alteração no seu comportamento, fazendo mesmo pequenos tratamentos.

Acompanha o cavalo nas suas deslocações, dorme na proximidade, na maior parte das vezes em fardos de palha que aos poucos se vão escoando por camas e manjedouras, cuida dos arreios e aparelha-o. Não o ferra, mas ajuda, trata-lhe dos cascos e crinas. Depois do esforço que ao animal foi exigido, limpa-o do suor que escorre pelas espáduas e resto do corpo, lava-o e passeia-o até estar em condições de regressar à cavaliça. Ajuda na sua preparação física, obrigando-o a correr no picadeiro ou voltar à guia (passar à guia). Por vezes monta-o para o conduzir ao campo de prélio quando este se distancia do seu alojamento ou por impedimento ocasional do seu cavaleiro. Se atendermos a toda esta actividade podemos justificar a natural rejeição que se nota quando da imposição deste serviço. As funções de tratador hipo, assim como o da ferração, foram sempre tidas como

10. — Cuidar com zelo do cavalo, mular ou qualquer animal que lhe tenha sido distribuído para serviço ou tratamento;



SMOR Cav (Reforma) FERNANDO SEVERINO LOURENÇO

um serviço ingrato. Só alguém dedicado ao cavalo aceita de bom grado, sem imposição, esta especialidade, aliás especificada na *oração do cavalo*.

De todos os exércitos da antiguidade, assírios, persas e egípcios, entre outros, onde o emprego do cavalo na guerra teve expressão, foi o romano aquele que mais referências nos deixou quanto ao papel desempenhado pelo tratador hipo: o **strator**. Não era um cargo mas sim uma função essencialmente militar, complexa e diversificada, mas sempre ligada ao cavalo. Eram recrutados por um alto chefe militar que os escolhia entre os melhores e mais habilitados dos corpos de tropas auxiliares, as *cohortes* ou *allae equitatae*, para serem incorporados nas suas escoltas e tratar das suas montadas. Esta função revestia-se de alguma complexidade e com um sentido lato pois o termo strator, tanto abrangia o simples legionário cuja missão corresponderia à do actual tratador hipo, assim como a de um oficial (centurião ou mesmo um *primus pillum*) ou sub oficial. As funções a desempenhar eram diversificadas e extensas, podendo actuar como ajudante de campo de um chefe militar, coadjuvar na preparação dos aquartelamentos permanentes, na guerra ou acompanhando as autoridades nos deslocamentos pelas capitais de província. Por delegação dos chefes, podiam desempenhar funções superiores. Por vezes, quando deixavam de depender de um chefe militar, as funções que desempenhavam compatibilizavam-se num misto militar/civil. A ascensão nos postos baseava-se mais na competência e na confiança que o chefe neles depositava do que num escalonamento normal de promoções.

Sobre a confiança que um strator merecia do seu chefe, podemos aquilatar por um texto que refere um episódio passado com o imperador-Valentiniano. Pretendendo este montar um cavalo e não o conseguindo por o animal estar mais excitado que o habitual, furioso, mandou cortar a mão ao soldado. Valeu-lhe a intervenção do seu chefe. Compreende-se que nestes casos o chefe seria



preparação adequada.

O oficial strator, além da preparação de cavalos, tinha

também responsabilidades nas remontas, missão ao qual se exigiam conhecimentos e idoneidade. Um strator nomeado para uma aquisição de cavalos para o exército, procurou beneficiar em seu proveito na compra dos mesmos. Descoberto, foi mandado lapidar por ordem do imperador. Um reverso também se deu pois o autor material da morte do Imperador Caracala, quando desmontava para urinar, foi um strator de nome Iulius Martialis.

Vegécio, escritor romano de assuntos militares, aconselha os stratores, para além do aparelhar (ensilhar) o cavalo a tomar os seguintes cuidados: “*As espáduas dos animais são as que mais sofrem as consequências deste trabalho, pelo que é necessário tratá-las adequadamente. À excepção dos animais destinados ao circo, o resto dos cavalos, mulas e asnos é necessário atrelá-los para montá-los e ataviá-los com uma manta*”

dobradas à maneira de assento. Por isso, é maior mérito tratar de prevenir as feridas do que curá-las. Por exemplo, preserva-se o animal de manchas infecciosas se o mesmo for coberto com mantinha ou coberção que devem ser, em primeiro lugar, de tamanho e, em segundo lugar, há que ter a suavidade necessária para não produzir feridas. Deve poder lavar-se e haverá que sacudi-lo periodicamente a fim de eliminar qualquer bocado de terra ou coisas cortantes a ela aderentes que possam produzir uma úlcera na pele pelo peso do cavaleiro, nem demasiado pequeno, nem demasiado grande, nem demasiado estreito, nem demasiado largo, para não produzir feridas nem lesões piores; nem que por fricção se produzam aquecimentos, nem supurações nem abscessos devidos ao facto de se pressionar demasiado o animal, nem se dê um balanceamento desagradável, ou quando se produza um roçar excessivo no dorso do animal por força da tracção. Mesmo quando nada disto ocorra, o simples peso excessivo que suporta a sela, e, por consequência, o animal, é causa de lesões ao mesmo, e por isso há que cuidar que o peso não seja maior do que o aconselhado. (Yébenes, Madrid, 1998). Normas de ontem e de hoje.

Como todas as especialidades do exército romano, também os stratores estavam organizados em associações, os *collegia*. Estas associações eram organizadas por especialidades e não no todo do exército e tinham por finalidade apoiar o legionário durante o longo período do serviço militar, nomeadamente quando de transferência ou promoção provendo ainda para que os seus associados não

deixassem de receber uma compensação monetária, ou em terras, quando terminassem o serviço militar obrigatório de cerca de 25 anos.

Os *collegia* tiveram grande implantação nos exércitos romanos. Eram autorizados pelo imperador e dependiam dele embora esta dependência (apoio monetário) fosse mais teórica que prática ao contrário das civis, geralmente apoiadas por alguém abastado. Eram independentes da estrutura militar e, com regulamentos próprios, diferiam das tropas auxiliares pois estas não podiam constituir associações. A não permissão das tropas auxiliares se organizarem em associações, pode, eventualmente, revelar preocupações políticas, mas era também consequência da origem geográfica dispersa dos seus elementos, com interesses e credos muito diferentes.

Os *collegia* surgiram nas pequenas unidades de tipo "centuria", unidades dotadas de um forte espírito de corpo e devotas a um deus, "genius centuriae". O seu culto tinha por base uma forte disciplina e o culto imperial. Posteriormente passou aos corpos de elite romanos, as *cohortes* pretorianas. Conhece-se um *collegium stratorum* (associação de stratores) referido numa estela funerária encontrada em Tarragona, Espanha e dedicada a um militar que pertenceu à legião, VII Gemina Felix.

A contínua evolução tecnológica verificada tem afastado lentamente o cavalo das artes da guerra. Por despacho ministerial, os últimos Pelotões a Cavalo orgânicos da Cavalaria Portuguesa desaparecem em meados de 1959 por obra da motorização. Esta esventrou as cavaliças e nas poucas e pequenas

que ainda restam, os cavalos contam-se pelos dedos da mão (em Lanceiros, há um). Os cavalos existem apenas para alguma instrução ou desporto. O seu desaparecimento progressivo arrasta consigo o tratador hipo. Dois seres em vias de extinção nos quartéis. Talvez e consequentemente da própria Cavalaria, como ainda a vamos conhecendo, mesmo depauperada, mas cujo fim parece aproximar-se em passadas de galope. A acontecer, dela pouco virá a restar. Provavelmente, apenas o termo Cavalaria e algumas peças de museu. A sua forma de sentir e estar são ainda hoje referências vivas no leque de recordações de alguns, poucos. Então, a suceder, as esporas deixarão de se ouvir, o pé de alferes não mais baterá os tacões em arremetidas românticas. Dela, ficará para sempre o relato dos seus feitos impressos nas páginas da História. Mas, o espírito que delas emana pairará sempre no imaginário, a par das Novelas de Cavalaria.



"Os meus Livros"



O Conde de Lippe escreveu em 1762, num dos vários documentos doutrinários que constituiu o imenso legado deixado na sua reorganização, que "a leitura serve para formar-se o espírito militar e prover-se de idéias: por ela se enriquece com as luzes e com a experiência dos outros: e os senhores oficiais não poderão melhor, nem mais agradavelmente (para aqueles que amam a sua profissão) empregar, do que na leitura, as horas de descanso que deixam, especialmente no tempo de paz, as funções do serviço diário". O espírito inerente a estas palavras mantém-se actual, só que, num exército de voluntários, este esforço deve ser extensivo a todas as categorias – Oficiais, Sargentos e Praças –, no fundo, a todos os que "amam a sua profissão".

Na década de oitenta do século XX, a *Military Review*, revista oficial do Exército dos Estados Unidos, manteve uma interessante secção de título "From my bookshelf", na qual oficiais de craveira reconhecida eram convidados a partilhar os livros que entendiam serem, ou terem sido, determinantes na sua formação militar e no exercício da sua profissão.

A Revista da Cavalaria inicia neste número uma iniciativa similar a que chamará de "Os meus livros" e que será parte integrante da secção "Livros, Artigos, Revistas e Sites", e para a qual convidará, em cada número, um militar a partilhar uma meia dúzia de livros que tenham sido determinantes para a sua vida profissional e que entenda ser de mérito a sua partilha com outros profissionais de armas.

O vasto currículo académico e operacional do General António Martins Barrento que terminou na Chefia do Estado-Maior do Exército tornou-o, naturalmente, no primeiro Soldado a quem a Direcção da Revista da Cavalaria teve o prazer, e a honra, de convidar para abrir esta iniciativa.

A Direcção da Revista da Cavalaria

Confesso ter alguma dificuldade em apontar seis livros, como me foi solicitado, porque sendo avesso ao dogma e necessitando de conhecer várias abordagens, em alguns assuntos só muitas leituras me indicam e formam o livro que não existe. Nesses casos indicarei aqueles que penso terem fornecido as principais contribuições. Mas também há alguns livros que, para mim, são referência, sem muitas mais leituras.

1. **A GUERRA**, de Clausewitz, porque é a obra matriz para a compreensão da guerra, bem poderia parecer isolada. Aliás, se fosse para nomear um livro e não seis, não hesitaria em referir que seria este o livro. Li-o a primeira vez, era capitão, no intervalo de duas comissões do Ultramar. Mas só mais tarde,

pela leitura do *Penser la guerre*, Clausewitz, de Aron, compreendi completamente a obra e desfiz dúvidas com que tinha ficado. A partir daí ganharam importância *Les Grandes Oeuvres Politiques de Machiavel à Nos Jours*, de Jean-Jacques Chevalier, pela evolução da componente política, e o *Traité de Polémologie*, de Bouthoul, pela abordagem sociológica que faz da guerra.

2. **HISTÓRIA**. Este livro ideal, que considero absolutamente necessário para entender a evolução da instituição militar, recebeu vários contributos, de que lembro os principais. As nossas crónicas, nomeadamente Fernão Lopes, Zurara, Rui de Pina e Garcia de Resende; várias Histórias ou períodos da História de

Portugal, como em Herculano, Oliveira Martins, Lúcio de Azevedo, Damião Peres, Oliveira Marques, Joel Serrão, Veríssimo Serrão; e, mais universal *A Study of History*, de Toynbee; *O Processo Histórico*, de Juan Clemente Zamora; *Les Grands Courants de L'Histoire Universelle*, de Jacques Pirenne, e a *História Universal* de H.G. Wells e a do Círculo de Leitores.

3. **HISTÓRIA MILITAR**. Este livro ideal foi muito marcado pela *Introduction à L'Histoire Militaire*, de Eric Muraisé, mas recebeu outros contributos importantes, como a *História da Cavalaria Portuguesa*, de Christovam Ayres, *Portugal Militar*, de Carlos Selva-gem, *História do Exército Português*, do General Ferreira Martins,

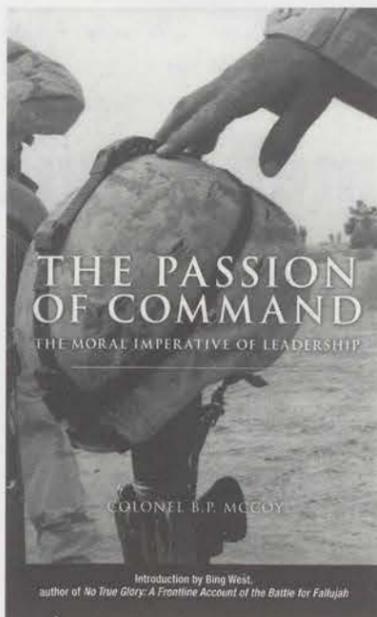
Apontamentos de História para Militares, do General Loureiro dos Santos, *As Batalhas Decisivas da História*, de Fuller, e *The Harper Encyclopedia of Military History*, de Dupuy.

4. **AS DOCTRINAS.** Este livro ideal, para sabermos a forma de agir, engloba principalmente o *Regulamento de Informações*, o *Regulamento de Operações*, o *Exército na Guerra Subversiva*, todos do EME, os *Écrits Militaires*, de Guibert, *Introduction à la Stratégie*, do General Beaufre, *Elementos de estratégia*, do General Cabral Couto, *L'Art de la Guerre*, de Sun Tzu, *La Guerra de Guerrillas*, de Che Guevara, e, porque mesmo na reforma não cessamos a nossa formação (é como um vício); um excelente livro de 2006, *The Utility of Force*, do General Rupert Smith.

5. **MÉTODOS DE INSTRUÇÃO**, do EME, 1959. Li-o, em aspirante, na semana em que recebi um curso muito bem ministrado sobre o assunto. Porque parte da nossa vida militar é despendida na instrução, este pequeno livro ensinou-me a transmitir e a ele devo, em grande parte, alguma aptidão pedagógica que possuo.

6. **PORTUGAL E OS PORTUGUESES.** Este livro ideal, essencial para conhecermos e amarmos aquilo que jurámos defender, recebeu centenas de contribuições. Lembro algumas, que considero mais importantes. *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, de Jorge Dias; *Geografia de Portugal*, de Orlando Ribeiro; *Introdução à História de Portugal*, do Sérgio; *Portugal, a Terra e o Homem*, de Jaime Cortesão, *A Arte de Ser Português*, de Pascoaes, *O Enigma Português*, de Cunha Leão, *a Cultura em Portugal*, de António J. Saraiva, *Portugueses Somos*, de Joel Serrão, *Como Nasceu Portugal*, de Damião Peres.

Martins Barrento
General (Reforma)



MCCOY, Colonel B. P. – *The Passion of Command. The Moral Imperative of Leadership*. Maryland, Marine Corps Association, 2006, 82 pp.

A análise deste livro apareceu incompleta no número anterior da Revista da Cavalaria. Publicamos, agora, a versão completa, pedindo desculpas aos nossos leitores por essa falha. A Direcção da Revista da Cavalaria

The Passion of Command. The Moral Imperative of Leadership é um livro escrito por um oficial do Corpo de Fuzileiros Norte-americano sobre o comando de uma unidade em combate. No caso concreto, o Coronel McCoy escreve sobre a sua experiência como comandante do *3rd Battalion, 4th Marines* na operação de invasão do Iraque e num ano de operações de contra-subversão que se lhe seguiu. É com paixão, no sentido medieval do termo – sofrer por amor – que o autor fala do exercício de comandar uma unidade em combate, o que entende dever ser o culminar de um longo processo individual de estudo, dedicação, reflexão e empenho. É este o imperativo moral do

comandante: o estudo permanente e dedicado ao aperfeiçoamento da arte da guerra.

O livro está organizado em pequenos capítulos que abordam, de forma objectiva e despreconceituada, as preocupações de um comandante em combate. Longe de ser um exercício académico, as reflexões e os conselhos são genuínos e directos, preenchendo as dúvidas mais íntimas de quem se confrontou com o comando em operações. Por isso, McCoy, escreve-nos sobre a necessidade de compreender o campo de batalha, dos hábitos necessários a incutir na unidade: a importância da técnica, do treino de procedimentos normalizados (seja na reacção ao contacto ou na evacuação médica) e, acima de tudo, da disciplina e do rigor. Não se furta a dizer, claramente, qual deve ser o lugar do comandante no campo de batalha e os riscos que isso comporta.

Talvez o aspecto mais interessante que é abordado, e que no fundo reflecte a seriedade com que o autor encara esta paixão do comando, é a necessidade da preparação para o acto de matar o inimigo. O Coronel McCoy insiste na importância de preparar a unidade, e cada um dos seus membros, para este acto, e atribui esta responsabilidade ao comandante. O autor vai mais longe e propõe-se responder à questão de saber “como preparamos os nossos fuzileiros para matar sem hesitação e regressar à sociedade de consciência tranquila?”. Afirma que o campo de batalha não é o local indicado para o debate moral do acto de matar, devendo, por isso, constituir uma preocupação na fase de treino e preparação, tão importante como qualquer uma de natureza táctica. McCoy argumenta que o acto de matar em combate não deve ser um acto individual, mas o resultado de um desempenho táctico de uma unidade coesa, onde o respeito pelo inimigo é

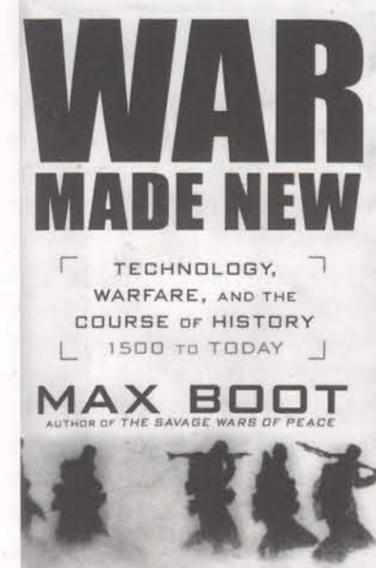
imperioso e, por isso, a sua desumanização não deve ser incentivada. Por esta razão, McCoy entende que o fardo de matar pertence ao comandante. O modo como o comandante lida com este fardo acaba por ser abordado num dos últimos capítulos – “A máscara de pedra do guerreiro” (“The Warrior’s Stone Mask”) –, de forma franca e marcadamente na primeira pessoa. Neste capítulo, McCoy defende a importância do comandante, mas também de qualquer militar em uniforme criar um mecanismo de protecção, uma máscara de pedra, que o impeça de cenas piedosas que lhe roubem do corpo e da mente a energia preciosa e a convicção necessárias a manter os seus próprios militares vivos. Confessa, ainda, que um dia a máscara cai e o comandante confirma que é igual a qualquer um outro ser humano.

Como McCoy conclui: “a arte de comandar é sobre conquistar o amor de quem comandamos e um qualquer dia usar esse amor para os ter prontos a correrem risco de vida ou de ferimentos graves e violentamente tirarem a vida a outros. A perícia e o respeito necessários a aplicar esta arte deve ser sustentado em tempo de paz através do estudo da mente humana em combate e em experiências penosas. A paixão do comando está incorporada na força de vontade do comandante, no seu amor pelos seus homens e na sua agressividade pessoal em combate”.

Este é o género de livro que não existe em língua portuguesa porque, felizmente, nos últimos tempos, não só não tem sido pedido às forças armadas portuguesas o empenhamento em operações de combate de alta intensidade, como também, quando o temos, a partilha descomplexada da experiência de liderança em combate, numa perspectiva objectiva e profissional, não é um hábito enraizado nos ofi-

ciais das nossas forças armadas. Por estas razões, mas essencialmente pelo testemunho cândido que representa, a leitura deste livro deveria ser incentivada na Academia Militar, no Instituto de Estudos Superiores Militares e, também, na Escola de Sargentos do Exército, como forma de alertar para a exigência do ofício de comandar em combate e de como deve ser encarado.

Maj Cav Miguel Freire
CMPR



BOOT, Max – *War Made New. Technology, Warfare, and the Course of History. 1500 to Today*. Gotham Books. 2006. 624 pp.

QUINHENTOS ANOS DE QUATRO REVOLUÇÕES

Desde meados da década de noventa do século passado que o tema da Revolução nos Assuntos Militares (RAM) tem preenchido um espaço privilegiado no debate académico e político, na esfera dos assuntos de segurança e defesa. Contudo, o conceito de RAM foi dando lugar ao jargão de “transformação”. Um novo vocábulo para as antigas e sucessivas reorganizações ou

reestruturações que as forças armadas, maioritariamente dos países ocidentais têm realizado ao longo das últimas décadas. É sobre estas (r)evoluções verificadas nos últimos quinhentos anos, inseridas no contexto social e político que as causou, ao mesmo tempo que as determinou, que Max Boot se debruça na sua nova obra “*War Made New. Technology, Warfare, and the Course of History. 1500 to Today*”.

O objectivo a que o autor se propõe é o de conseguir uma abordagem capaz de agregar passado e presente, com vista a providenciar reflexões sobre o futuro. O trabalho retrata os últimos quinhentos anos da história da guerra pelo prisma das quatro grandes revoluções que o autor considerou como tendo mudado tanto a natureza da política e da sociedade, como também a forma como se combate: a revolução da pólvora (c. 1500-1700), a revolução industrial (c. 1750-1900), a segunda revolução industrial (c. 1900-1940) e a revolução da informação (c. 1970-2000). Já no fim da obra, Max Boot levanta ainda o véu para algumas revoluções que poderão estar a desenhar-se no horizonte, como por exemplo, a robótica, a guerra das estrelas, as armas electromagnéticas e a nanotecnologia, e que poderão vir a moldar o contexto social e político e, conseqüentemente, a forma como se faz a guerra.

Embora a obra esteja organizada, em cada uma das revoluções, em torno de inovações militares, o autor é claro quanto ao papel limitado da tecnologia que “determina os parâmetros do possível e cria o potencial para uma revolução militar”, isto porque, “nenhum avanço técnico por si só fez uma revolução; foi a forma como as pessoas responderam a

Afeganistão Fora de Controlo

No dia 06 de Março de 2007 a NATO e as forças leais ao Governo de Cabul lançaram a operação Aquiles em Helmand, a província mais violenta do Afeganistão. Esta é a maior operação conjunta realizada com tropas afegãs. A força é composta por quatro mil e quinhentos soldados provenientes de vários países membros da NATO, entre os quais a Holanda, Canadá, Inglaterra e EUA e mil homens do exército afegão. Esta operação tem por missão combater e derrotar os bandos talibãs, traficantes de droga e terroristas que actuam no sul do Afeganistão em número crescente. O controlo desta ameaça é essencial para permitir o desenvolvimento dos projectos de reconstrução, fundamentais para o futuro do Afeganistão.

Esta guerra tem passado despercebida aos europeus, embora os países da Europa contribuam com um grande efectivo na região. O esforço para a reconstrução do Afeganistão teve origem na cimeira realizada no palácio de S. Petersberg, nos subúrbios de Bona, na Alemanha. Esta cimeira realizou-se a convite das Nações Unidas, em 27 de Novembro de 2001.

Estiveram reunidos representantes de quatro grupos políticos afegãos com a finalidade de preparar a democratização do país. Passados oito dias de reuniões, a 5 de Dezembro de 2001, foi assinado o Acordo de Bona, que definia o futuro plano de reconstrução do Afeganistão.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em 20 de Dezembro de 2001, a resolução 1386, que decretou o envio da Força Internacional de Assistência ao Afeganistão (ISAF). Inicialmente esta missão internacional foi planeada para durar um ano e envolvia apenas quatro mil soldados

de dezoito países, que à partida iriam garantir a estabilidade das principais cidades do país. A chamada "Operation Enduring Freedom", continuou sob comando norte-americano com a colaboração de outras forças internacionais.

Esta intervenção não foi unanimemente aceite pelos afegãos, sobretudo pelos habitantes de Cabul, que durante os últimos anos foram vítimas dos confrontos armados permanentes. Na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da NATO, em Junho de 2004 em Istambul, ficou decidido aumentar a área de operações desta missão. Neste momento, cinco anos



CAP Cav PEDRO FERREIRA
EPC

passados sobre a Cimeira de S. Petersberg, a ISAF é já composta por trinta e cinco mil militares, de trinta e sete países, que cobrem todo o território Afegão. No entanto, os objectivos propostos – o retorno imediato à paz e a transformação do Afeganistão num país moderno e próspero – continuam por alcançar.

As reacções da população são diversificadas. Enquanto que no Norte do país a presença da força internacional é encarada com naturalidade, já no Sul a presença de estrangeiros não é bem vinda, vivendo-se um constante ambiente de tensão. Os ataques dos radicais islâmicos custaram a vida a cerca de quatro mil pessoas nos últimos anos, sobretudo no Sul do Afeganistão.

O Afeganistão é um país de vários povos, arriscaria mesmo a dizer de várias nações, segundo a terminologia de Marx Weber de nação enquanto comunidade de povos. Neste momento o poder encontra-se centralizado em Cabul. Porém, o controlo regional fora da capital é feito pelos tradicionais líderes das províncias. O actual Governo, numa tentativa de união, é composto por diferentes etnias, com uma forte representação dos veteranos da Aliança do Norte. Com uma composição tão diversificada torna-se compreensível a existência de quezílias dentro do governo na disputa pelo poder.

Uma conclusão parece evidente no esforço de modernização do Afeganistão: é necessário retirar a capacidade insurreccional aos senhores da guerra e garantir ao Governo Central o controlo sobre os poderes locais. Isto só será possível quando existir um exército pátrio eficiente e ajustado à realidade nacional. Num momento em que o

Governo de Cabul espera que sejam as Forças da ISAF a controlar a segurança do país, a solução a longo prazo deve ir no sentido inverso: garantir a formação e o equipamento de Forças Armadas e Forças de Segurança Afegãs.

Muito do país encontra-se por reconstruir, mas a forma de apoio ao Afeganistão tem de ser multifacetada. A História ensina-nos que o esforço de reconstrução de

um país tem de ser feito paralelamente à sua pacificação. Se a população não possuir um mínimo de dignidade na sua vida proporcionada por um emprego, educação, cuidados de saúde e estradas que garantam a ligação a todo o território, os indivíduos descontentes irão reforçar as fileiras da insurreição, alimentando a desordem e o caos no país.





Escola Prática de Cavalaria

POULE DE NATAL



No dia 18Dec06 realizou-se a Poule Hípica de Natal, no Destacamento da EPC em Santarém. A Poule contou com a participação de 30 conjuntos distribuídos por 3 séries. Deu-se assim início ao conjunto de provas que visam preparar os cavaleiros para a próxima época e, para isso, nada melhor do que o espírito natalício e bem disposto evidenciado pelos conjuntos em prova.

D. JANUÁRIO TORRAL FERREIRA CELEBROU MISSA NA EPC - ABRANTES



No dia 18Dec06 pelas 17h00, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torral Ferreira, deslocou-se à Escola Prática de Cavalaria, para celebrar a Missa de Natal na capela desta Unidade, em Abrantes. Esta celebração precedeu o jantar convívio de Natal da EPC e contou com a presença de muitos militares e civis, tendo sido acompanhada por um grupo de escuteiros.

JANTAR CONVÍVIO DE NATAL DA EPC - ABRANTES

No dia 18Dec06 pelas 19h00, realizou-se na Escola Prática de Cavalaria em Abrantes o jantar convívio de Natal, onde estiveram presentes militares e funcionários civis que prestam serviço em Abrantes e em Santarém. Os mesmos fizeram-se acompanhar pelos seus filhos e familiares mais próximos que quiseram acompanhar a EPC neste primeiro jantar de Natal em Abrantes.

O convívio contou com a presença de três grupos de jovens da zona de Abrantes que animaram a festa de Natal com algumas representações e músicas para os mais pequenos. No final foram distribuídos presentes aos filhos dos militares e funcionários civis da EPC com menos de 12 anos.

VISITA DO EXMO TGEN VELASCO MARTINS, DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE CAVALARIA À EPC



Em 31Jan07 o Exmo TGen Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria (DHAC) efectuou uma visita de trabalho à EPC, a última como Oficial General no activo.

Com a finalidade de dar a conhecer as novas instalações da EPC, bem como todas as obras que estão a decorrer, o Comandante apresentou um briefing onde abordou os seguintes temas:

- Transferência da EPC de Santarém



para Abrantes;

- Adaptação das actuais instalações às actividades da EPC;

- O novo QO e o modelo de Escola.

Após a formatura geral da EPC, presidida pelo Exmo TGen DHAC, seguiu-se uma visita às instalações da EPC.

APRESENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SIMULAÇÃO E TREINO DA EMPORDEF - TI

Em 08Fev07 decorreu na EPC, a apresentação de "Sistemas de Simulação e Treino da EMPORDEF - TI".

Assistiram à apresentação os Comandantes e os Directores de Formação da EPI, EPE, EPT, EPS e ESE; o Comandante do RC3; o Chefe e o Adjunto do Centro de Simulação do Exército; 4 Oficiais do EM/CID (Chefe RACC, Adjunto RepDoutr, Chefe RR e Chefe REPPC) bem como, os Oficiais do grupo de Comando da EPC. Esteve ainda presente o Exmo MGen Amaral Vieira, Subdirector-Geral da Direcção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa do Ministério da Defesa Nacional.

Esta apresentação teve como finalidade demonstrar as capacidades da EMPORDEF - TI, nomeadamente na área da simulação bem com a apresentação de um simulador/desktop trainer (Simulator - Platoon Set - Table Top Maneuver Training PANDUR II 8x8) para o treino de pelotão a 4 viaturas PANDUR II 8x8.



Regimento de Lanceiros nº 2

COMEMORAÇÃO DO 174.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO REGIMENTO DE LANCEIROS Nº2



O Regimento de Lanceiros Nº2 comemorou em 07 de Fevereiro de 2007 o 174º aniversário da sua criação.

Presidiu à cerimónia Ex.mo Tenente-General Eduardo Velasco Martins, M.I. Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Estiveram presentes várias individualidades militares e civis.

Associaram-se às comemorações, a convite do Ex.mo Comandante do Regimento, duas delegações de alunos das escolas EB2+3 Paula Vicente e Escola Secundária do Marquês de Pombal num total de 60 alunos. No apoio às cerimónias o RL2 contou com o apoio da Banda e Panfarrá do Exército. Na parada Marechal Carmona foi apresentada uma demonstração da actividade de Polícia do Exército, com a participação do Grupo de Polícia do Exército, Esquadrão de Comando e Serviços e MP COY / NRF9, oferecendo a todos quanto assistiram uma mostra das valências do Regimento para emprego de Forças em Missões de Paz.

Após a cerimónia militar as entidades presentes efectuaram uma visita ao Museu do RL2, onde foi inaugurada uma nova ala, seguindo-se um almoço/convívio no Refeitório Geral, fomentado pela sã camaradagem e convivência entre os Lanceiros e todos os convidados.



ALMOÇO/CONVÍVIO DE ANTIGOS QUADROS DO RL2

No âmbito das comemorações do 174º aniversário do Regimento de Lanceiros Nº2, que tiveram lugar no início do mês de Fevereiro, por intenção do Comando do RL 2 procurou-se lembrar o esforço e a dedicação dos inúmeros Quadros que ao longo dos tempos serviram na "Casa dos Lanceiros" e que actualmente se encontram nas situações de Reserva e Reforma.

Dado que a especificidade da vida castrense gera e sustenta, em permanência, a virtude da camaradagem, a qual é um instrumento significativo para atingir um dos seus desideratos, designadamente através do insubstituível contributo para enformar o espírito de corpo e coesão dos Exércitos.

Por outro lado, todos os que actualmente servem no RL 2, reconhecem, respeitam e revêem-se com orgulho no trabalho desenvolvido por todos que nos antecederam, no desempenho das tarefas e funções específicas atribuídas a cada um e onde sempre manifestaram raro espírito de missão, zelo, competência profissional e salutar vontade de bem servir.

Neste sentido, o Regimento convidou para um almoço convívio, realizado em 01 de Fevereiro de 2007, os Oficiais, Sargentos e Praças do Quadro Permanente que prestaram serviço no "2", sua Casa por direito próprio, como forma singela de manifestar a sua gratidão e reconhecimento.

Contactaram-se 334 Oficiais e Sargentos e dois Mestres, obtendo um elevado e significativo número de respostas.

Com o sentimento próprio da ocasião, verificámos que a presença de todos, traduziu antes de mais, a lealdade entre os Lanceiros, a autodisciplina de dizerem presente e a disponibilidade de encarem o convívio como mais um acto de serviço.



INAUGURAÇÃO DE NOVA ALA DO MUSEU DO RL2

No âmbito das comemorações do 174º aniversário da sua criação, o Regimento de Lanceiros Nº 2 inaugurou a 4.ª Sala do seu Museu.

Esta Sala foi elaborada de forma a acolher exposições não permanentes e/ou itinerantes, que contemplem temas específicos, dando assim, continuidade a um projecto de implementação da imagem do Regimento e do Exército.

Para tornar possível a inauguração, em tempo útil e conforme idealizado pelo Comando do Regimento, tornou-se decisiva a prestímosa colaboração do Dr. Sanches Bacna, do Sr. Coronel Ribeiro de Faria, M.I. Director do Museu Militar, tendo estes dois colaboradores por excelência, a par da inteira disponibilidade e excepcional dedicação, honrando todos quantos servem no RL2 com as respectivas presenças na inauguração deste espaço temático que nesta altura exhibe as Campanhas Napoleónicas, que em Novembro do corrente ano perfarão 200 anos sobre a sua chegada a Lisboa.

CERIMÓNIA DA PASSAGEM DO BASTÃO DO DHAC

Em 14 Fevereiro de 2007, realizou-se a Cerimónia de Passagem do Bastão do Director Honorário da Arma de Cavalaria.



Esta Cerimónia teve lugar na Sala de Comandantes, onde S. Ex.ª o TGen Velasco Martins procedeu à entrega do Bastão ao novo Director Honorário da Arma de Cavalaria, Exmo. TGen José Carlos Cadavez.

Estiveram ainda presentes nesta Cerimónia S. Ex.ª o Cmdt Op, TGen António Alberto da Palma e todos os Comandantes das Unidades de Cavalaria.

Nesta singela mas muito significativa Cerimónia o Exmo. TGen José Carlos Cadavez enunciou as suas expectativas para o Cargo que assumiu, efectuando no seguimento da Cerimónia uma Reunião com os Cmdts das Unidades de Cavalaria.



ALMOÇO CONVÍVIO DA CPM 2577

Realizou-se no RL2 em 03 de Março de 2007, mais um almoço convívio do CPM 2577, por ocasião da comemoração do 38º aniversário da sua partida para Moçambique.

Do programa deste almoço convívio constaram os cumprimentos ao Comando do RL2, seguida de uma singela e muito nobre Homenagem aos mortos, descerramento de uma placa comemorativa, uma visita à Unidade e ao Museu, seguindo-se o Almoço no Refeitório das Legendas.

O Comando do RL2 retribui os cumprimentos, saudando todos os ex-militares e suas famílias pela presença neste nosso Regimento e desejando também as maiores venturas a todos, aguardando pelo próximo evento destes nossos Lanceiros.

ALMOÇO CONVÍVIO DA CPM 8245

Realizou-se no passado dia 11 de Março de 2007 no RL2, o almoço convívio da CPM 8245. Do programa constaram os cumprimentos ao Comando do RL2, seguida da Homenagem aos mortos pela Pátria onde foi efectuada uma prece pelo Diácono do RL2, visita livre à Unidade e ao Museu do RL2, seguindo-se o Almoço no Refeitório das Legendas.

O Comando do RL2 retribui os cumprimentos, saudando todos os ex-militares que serviram nesta casa, e suas famílias pela presença neste nosso Regimento e desejando também as maiores venturas a todos, aguardando pelo próximo evento destes nossos Lanceiros.



Regimento de Cavalaria nº 3

REUNIÃO / CONVÍVIO DOS EX-MILITARES DO GCAV 345



Decorreu no dia 25NOV06 a visita dos ex-militares do GCav 345 (Angola 1961-64). Do programa da visita constaram a apresentação de cumprimentos na Sala do Capítulo, descerramento da placa comemorativa no 1º piso dos Claustros, homenagem aos militares mortos em campanha desta unidade e visita guiada pelo Regimento.

Este encontro comemorou os 45 anos da partida do GCav 345 do RC3 – Estremoz para Angola, comandado pelo então TCor Cav António S. Ribeiro de Spínola

COMEMORAÇÕES DA BATALHA DAS LINHAS DE ELVAS

Comemorou-se no dia 14 de Janeiro de 2007, a passagem do



348.º aniversário da Batalha das Linhas de Elvas e, em simultâneo, o Feriado Municipal da Cidade. Tal como é apanágio da Instituição Militar, foi uma vez mais evocado a memória histórica desse feito de armas, de relevante importância para a História Nacional. As cerimónias contaram com militares do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, com a romagem ao Padrão da Batalha das Linhas de Elvas e romagem ao Túmulo do General André de Albuquerque de Ribafria.

VISITA DE ESTUDO AO RC3 DO 4º ANO DE CAVALARIA DA AM

Nos dias 27 e 28 de Fevereiro



de 2007, o RC 3 planeou e organizou a visita de estudo dos alunos do 4º ano de Cavalaria da AM. A visita constou de um Exercício de Reconhecimento no âmbito do programa da cadeira de Tática de Cavalaria II, com os seguintes objectivos:

- Dar a conhecer a missão e organização do RC3;
- Participar no Exercício de Reconhecimento.

ESTÁGIO DO 34º CFS DE CAVALARIA AO RC3



Nos dias 19 a 23 de Março de 2007, o RC 3 planeou e organizou o estágio dos alunos do 34º CFS de Cavalaria, através de um programa de actividades, que se traduziram numa sensibilização das actividades e tarefas correspondente às diversas áreas das Secções do Estado Maior, ERec/BRR e CICA.



Quartel da Cavalaria em Santa Margarida Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE



Realizou-se no dia 06 de Março, a Cerimónia de Tomada de Posse do TCor Cav Henrique Mateus como Cmdt do Grupo de Carros de Combate (GCC) e do Quartel da Cavalaria.

Embora tendo assumido o comando desde o início de Agosto de 2006, a cerimónia oficial de Tomada de Posse não pôde realizar-se, em virtude da sua participação na NATO Training Mission – IRAQ (NTM-I), em Bagdad, entre 06AGO06 e 27FEV07.

CERIMÓNIA DO DIA DO QUARTEL DA CAVALARIA EM 23 DE MARÇO DE 2007

A cerimónia foi presidida pelo Director Honorário da Arma de Cavalaria TGen José Carlos Cadavez. Às comemorações constaram, para além da Formatura do GCC e ERec, de uma exposição no Museu subordinada ao tema “As Guerras Peninsulares”, seguida por uma exposição de materiais conduzida pelo ERec e de uma demonstração de um plano de carregamento, conduzida pelo 2º ECC.

APOIO À INSTRUÇÃO DE TÁCTICA DE CC/ EPC, DE 08 A 16FEV07

No seguimento de uma longa e proveitosa relação desta unidade com a EPC, foi, mais uma vez, prestado apoio, em instalações e meios, na formação técnico-táctica dos futuros Quadros da Arma.



TREINO OPERACIONAL

Decorrente do novo conceito de Treino Operacional implementado na BrigMec, os até agora denominados “Exercícios de Instrução Colectiva” passaram a ter o formato de “Agrupamento”, com a participação de todas as Unidades da BrigMec.

As unidades de manobra enquadram e coordenam as restantes participações das unidades apoiantes (da BrigMec ou exteriores) num cenário convencional em operações de nível táctico.

Nesse âmbito realizou-se o exercício “LOBO 07” (12 a 14FEV) coordenado pelo ERec e o exercício, “Rinoceronte 07” (12 a 14MAR) coordenado pelo GCC.

O GCC e ERec participaram ainda no exercício da BrigMec “ROSA BRAVA 07” (12 a 19ABR). O exercício terminou com uma demonstração táctica com fogos reais, coordenado pelo GCC.

16 4 2007



Regimento de Cavalaria nº 6

TRANSFERÊNCIA DA POSSE DE COMANDO



Realizou-se no dia 07 de Dezembro de 2006 a Cerimónia de transferência da posse do Comando do Regimento de Cavalaria nº 6, tendo tomado posse o Coronel de Cavalaria Luís Nunes da Fonseca, que substituiu na função o Coronel de Cavalaria Francisco Joaquim da Costa Lopes.

Presidiu à cerimónia o Excelentíssimo Comandante da Brigada de Intervenção, Major-General José Alberto Martins Ferreira.

Estiveram presentes autoridades e entidades civis, académicas, empresariais e religiosas representativas da região.

Assistiram à cerimónia os excelentíssimos Majores-Generais Alfredo Correia Mansilha de Assunção e Luís Miguel Negreiros Morais de Medeiros, além dos Comandantes das Unidades da Brigada de Intervenção e de antigos comandantes do Regimento de Cavalaria nº 6.

EXERCÍCIO ORION 06

Decorreu de 20 a 24 de Novembro de 2005, no Regimento de Infantaria nº 14, em Viseu, o Exercício ORION 06, que envolveu várias forças a nível nacional.

O Regimento de Cavalaria 6, participou neste Exercício, empenhando Células de Resposta do Grupo de Auto-Metralhadoras e do Esquadrão de Reconhecimento, encargos operacionais da Brigada de Intervenção.

Este exercício teve como objectivo testar algumas capacidades do Sistema de Forças do Exército na condução de uma Operação não Artigo 5.º (NART 5) do Tratado de Washington.

EXERCÍCIO PHÉNIX

O Grupo de Auto-Metralhadoras e o Esquadrão de Reconhecimento, encargos operacionais da Brigada de Intervenção, realizaram entre 11 e 13 de Dezembro de 2006, na Serra da Cabreira, o exercício Phénix 06, com



o qual se procurou consolidar a instrução e treino, melhorar a sua capacidade operacional e executar uma sessão de fogos reais. Participaram neste exercício 10 Oficiais, 22 Sargentos e 103 Praças e foram utilizadas, entre outros meios, 25 viaturas das quais, 5 V-150 e 7 V-200. Dentro das lições aprendidas neste exercício ressaltaram: a adequação da estrutura de comando estabelecida ao tipo de exercício e a coerência de funcionamento e fluidez da informação dentro e entre os Postos de Comando a qual ocorreu de acordo com o estabelecido para este tipo de operações. O Excelentíssimo Comandante e 2º Comandante do Regimento visitaram o local do Exercício durante o período em que este decorreu.

FESTA DE NATAL NO RC6



No dia 20 de Dezembro teve lugar no Regimento a tradicional Festa de Natal que contou com a presença dos militares do Regimento, do Centro de Recrutamento de Braga, funcionários civis e respectivas famílias. A celebração iniciou-se com a realização da tradicional Corrida de Natal, seguida da realização da final do torneio de futebol, que teve como vencedora a equipa do Esquadrão de Reconhecimento.

Um dos momentos altos desta comemoração foi a celebração da Eucaristia, na qual participou um número significativo de militares e civis que prestam serviço no Regimento. A finalizar a Festa de Natal, foi realizado um almoço no Refeitório Geral, durante o qual foram entregues os prémios aos vencedores da Corrida de Natal e do Torneio de Futebol, e ainda prendas aos filhos dos militares e civis do Regimento.

CONSELHO DA ARMA DE CAVALARIA

Realizou-se no Regimento de Cavalaria 6, entre os dias 15 e 18 de Janeiro de 2007 a Reunião de Carácter Ordinário do Conselho da Arma de Cavalaria, que contou com a pre-



sença do Excelentíssimo Major-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

VISITA DO EXCELENTÍSSIMO GENERAL DIRECTOR HONORÁRIO DA ARMA DE CAVALARIA - TGEN EDUARDO ALBERTO MADEIRA DE VELASCO MARTINS



O Exmo Director Honorário da Arma de Cavalaria (DHAC), TGEN Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins, na iminência de cessação de funções, visitou o Regimento em 25 de Janeiro de 2007. Do programa da visita destaca-se o Briefing sobre o Regimento, a alocução proferida à Formatura Regimental pelo Exmo Gen DHAC e a assinatura do Livro de Honra do Regimento. No final da visita, foi entregue ao Excelentíssimo Tenente-General Velasco Martins a fotografia da sua entrada a cavalo transportando o Estandarte Nacional à Guarda do Regimento, aquando da transferência do Regimento para a Cidade de Braga, bem como uma réplica de uma estatueta perfilando um oficial a cavalo do Século XIX pertencente a este Regimento.

VISITAS AO REGIMENTO



O Regimento de Cavalaria 6 foi visitado pelas seguintes entidades: - 10 de Novembro de 2006 - 300 alunos acompanhados pelos respectivos professores do Colégio D. Diogo de Sousa; - 14 de Novembro de 2006 - 08 jovens acompanhados pelos respectivos professores e monitores da equipa dos Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF) de Vieira do Minho; - 28 de Novembro de 2006 - 70 alunos e 05 professores da Escola EB 2/3 de Taíde; - 14 de Dezembro de 2006 - 25 alunos e 01 professor da Escola D. Afonso Henriques; - 19 de Dezembro de 2006 - 55 crianças e 06 técnicos do Centro Cultural S. Adrião.



Regimento de Cavalaria da GNR

85.º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE CAVALARIA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



No dia 05 de Abril de 2007, com a solenidade correspondente à efeméride, o Regimento de Cavalaria (RC) da Guarda Nacional Republicana comemorou mais um aniversário, levando para o efeito um conjunto de actividades de carácter militar e cultural.



À cerimónia, presidida pelo General Comandante-Geral da Guarda, Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes, associaram-se os Generais Comandantes de outras Unidades da Guarda, antigos Comandantes do Regimento e outras Altas Entidades civis, militares e religiosas.

Este ano, o acontecimento contou uma vez mais com actividades alusivas às comemorações do 85.º aniversário da Unidade, as quais tiveram início a 03 de Abril na Praça do Comércio em Lisboa com uma exposição sobre a missão, meios, organização e actividades do RC,



finalizando com uma exibição da Charanga a Cavalo, um dos *ex-libris* da Guarda.

No dia do Regimento, as comemorações tiveram lugar no 4º Esquadrão na Ajuda em Lisboa, onde as Forças em Parada que compreendiam o Comando e Grupo de Comando, Charanga a Cavalo, Estandarte Nacional, um Esquadrão a Cavalo com: Comando, um Pelotão do 4º Esquadrão (cavalos lações), um Pelotão do 3º Esquadrão (cavalos ruços), Esquadrão Motorizado composto por: Comando, um Pelotão Jeep do Esquadrão de Comando e um Pelotão do 2º Esquadrão, constituído por uma Secção Tourist Support Patrol (TSP), uma Secção Bicicletas Todo-o-Terreno, uma Secção Moto e uma Secção de viaturas blindadas, um Pelotão do Esquadrão Presidencial e a Banda de Música da GNR, sob o comando do Major Costa Santos



foram apresentadas ao Tenente-General Mourato Nunes, efectuando de seguida a regulamentar revista às Forças.

Após a inclusão do Estandarte Nacional do Regimento na formatura, houve lugar a uma alocução alusiva ao evento por parte do Comandante do RC, o Coronel Gil Menezes e posteriormente do Comandante da GNR, o Tenente-General Mourato Nunes, ao que se seguiu

o desfile das Forças em parada.

Terminada a cerimónia militar, seguiram-se as demonstrações de algumas actividades desenvolvidas no RC, as quais, iniciaram com o Pelotão Auto-Comandado do Esquadrão Presidencial, que através de movimentos de ordem unida executaram diversas formações, evoluções e movimentos de forma irrepreensível, espelhando rigor e coordenação na execução do cerimonial militar. De seguida houve a actuação do



Carrossel Moto do 2º Esquadrão, que desenvolveu acrobacias *sui generis* em que a adrenalina esteve presente em todos os que assistiram.

Seguiram-se demonstrações no campo de obstáculos do 4º Esquadrão de actividades equestres ligadas à instrução de Equitação no RC, de ginástica a cavalo, de Dressage contando pela primeira vez com um cavaleiro usando rédeas longas, um carrossel de poldros desenvolvendo figuras elementares de picadeiro, uma demonstração de um carrossel a cavalo com dois Pelotões de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública, terminando com a actuação da Charanga a Cavalo.



As comemorações culminaram com um almoço às entidades convidadas e aos militares, no picadeiro "Tenente-Coronel Martins Abrantes" no 4º Esquadrão. "AEQUO ANIMO"



Centro Militar de Educação Física e Desportos

6º TORNEIO NATAÇÃO ADAPTADA DE MAFRA

A Associação Para Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas do Concelho de Mafra (APERCIM) organizou, no dia 25 de Janeiro de 2007, na piscina do Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), no âmbito dos Encontros Inter-Centros 2006/07, o "6º Torneio de Natação Adaptada de Mafra", com o apoio do CMEFD, e da Câmara Municipal de Mafra.

Estiveram presentes neste evento 20 instituições, sendo um total de 221 nadadores e 127 acompanhantes.

XXIX CAMPEONATO NACIONAL MILITAR DE CORTA MATO

O Centro Militar de Educação Física e Desportos organizou nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2007, na tapada militar de Mafra, o XXIX Campeonato Nacional Militar de Corta Mato, que contou com a participação de atletas dos três Ramos das Forças Armadas, (Armada, Exército e Força Aérea) e da Guarda Nacional Republicana, sendo 20 pertencentes ao I escalão, 20 do II escalão, 19 do III escalão, 20 do IV escalão, 15 do V escalão, e 20 do escalão feminino, num total de 114 atletas. A prova decorreu no eixo da carreira de tiro, junto à tribuna, com um percurso fechado de 1600 metros onde os atletas masculinos percorreram cinco voltas totalizando 8000 metros e os femininos duas voltas e meia totalizando 4000 metros. No final da prova realizou-se a cerimónia de encerramento, que foi presidida pelo Ex.mo Tenente General Américo Pinto da Cunha Lopes, Comandante da Instrução e Doutrina do Exército e que contou com a presença de várias entidades, destacando-se o Major General Luís Newton Parreira Comandante da Brigada Territorial n.º 2 da Guarda Nacional Republicana, a Sub Directora da Direcção de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional Mestre Catarina Maria F. Cardoso, o Presidente da Comissão de Educação Física e Desporto Militar Coronel Aníbal Gonçalves, o Capitão de Mar e Guerra Lopes Pires em representação da Direcção de Formação da Armada, o Comandante da Escola Prática de Infantaria Coronel Rui Guerra Pereira e o Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo Professor Fernando Mota.

Classificação:

I Escalão (Individual)

- 1º SOLD MARCO MORGADO (GNR)
- 2º 2SAR MARCO PÓVOA (GNR)
- 3º SOLD CARLOS CARDOSO (GNR)

I Escalão (Equipas)

- 1º GNR
- 2º EXÉRCITO
- 3º MARINHA

II Escalão (Individual)

- 1º SOLD JOSÉ RAMOS (GNR)
- 2º SOLD JORGE PINTO (GNR)
- 3º SOLD PINA GRAÇA (GNR)

II Escalão (Equipas)

- 1º GNR
- 2º EXÉRCITO
- 3º MARINHA

III Escalão (Individual)

- 1º SOLD ALBERTO MARAVILHA (GNR)
- 2º SOLD ALCIDIO COSTA (GNR)
- 3º ISAR JOÃO JUNQUEIRA (GNR)

III Escalão (Equipas)

- 1º GNR
- 2º EXÉRCITO
- 3º MARINHA

IV Escalão (Individual)

- 1º CABO ARLINDO MACEDO (GNR)
- 2º CAP JOSÉ CASTRO (FAP)
- 3º SAJ ARETINO MOTA (EXE)

IV Escalão (Equipas)

- 1º GNR
- 2º MARINHA
- 3º EXÉRCITO

V Escalão (Individual)

- 1º CCH DOMINGOS BARROSO (GNR)
- 2º MAJ FERNANDO FERREIRA (EXE)
- 3º SCH JOSÉ CARDOSO (EXE)

V Escalão (Equipas)

- 1º GNR
- 2º EXÉRCITO
- 3º MARINHA

Femininos (Individual)

- 1º CABO TERESA CARVALHO (GNR)
- 2º CABO MARIA COSTA (GNR)
- 3º SOLD SUSANA VILELA (EXE)

Femininos (Equipas)

- 1º GNR
- 2º EXÉRCITO
- 3º MARINHA

As equipas masculinas e femininas da Guarda Nacional Republicana, vencedoras da classificação geral por equipas, foram entregues os troféus da Comissão de Educação Física e Desporto Militar. O evento terminou com um almoço convívio na Escola Prática de Infantaria no refeitório dos frades.

51ª SEMANA EQUESTRE MILITAR

O Centro Militar de Educação Física e Desportos realizou no período 16 a 18 de MAR06 e 23 a 24MAR07 a 51ª SEMANA EQUESTRE MILITAR (SEM).

A SEM, sucessora do Campeonato do



Cavalo de Guerra, que teve a sua 1ª edição em Torres Novas no longínquo ano de 1904, visa apreciar cavaleiros militares e montadas do Exército praticantes deste desporto, nas modalidades de Ensino, Obstáculos, Concurso Completo de Equitação e Técnicas "Randonée" Equestre de Competição (TREC), tendo em vista a sua participação em competições equestres nacionais e internacionais.

Acontecimento desportivo castrense com largas tradições, que se realiza anualmente desde 1957, é a SEM considerada o expoente da Equitação Militar pelo significado, que se mantém, de ponto de encontro e de reunião para avaliação da situação equestre no Exército.

Apesar de, na sua essência, se destinar a cavaleiros militares, as provas nas modalidades de Ensino e Concurso Completo de Equitação são abertas a cavaleiros civis, tendo participado mais de 200 conjuntos militares e civis (aproximadamente 600 entradas em pista).

Os participantes e o público tiveram assim oportunidade de desfrutar momentos de salutar convívio que o cavalo e as provas equestres sempre proporcionam.

ASSINATURA DE PROTOCOLO ENTRE O CMEFD E A EMPRESA "E.VALUE"



Em 15MAR07, foi assinado o Protocolo entre a Empresa E. Value e o CMEFD, no âmbito do projecto Carbono Zero. O Objectivo do Carbono Zero é associar a compensação de emissões a outros benefícios ambientais e sociais da floresta. Assim, parte da quantificação de emissões de gases com efeito de estufa, expressas em dióxido de carbono equivalente (CO2), associadas às actividades de indivíduos e empresas, terá a respectiva compensação através do co-financiamento de projectos que sequestram emissões em quantidade equivalente. Em resposta ao desafio lançado pela Câmara Municipal de Lisboa, a organização do "Rock in Rio", lançou o projecto "Por um Clima Melhor", com o objectivo de contabilizar e compensar todas as emissões de gases com efeito de estufa associadas à realização do festival. A compensação seria feita através do co-financiamento de uma área de nova floresta na Área Metropolitana de Lisboa. Depois de analisadas as candidaturas, foi seleccionada a Tapada Militar de Mafra onde numa área de 18 hectares, distribuídos por quatro parcelas – serão plantadas, até ao próximo ano, cerca de 19.000 árvores, a maioria Pinheiro Bravo e Pinheiro Manso.



UALE - Unidade de Aviação Ligeira do Exército

VISITAS A UNIDADES

1. Por ter assumido recentemente funções, em 27 Fevereiro visitou a UALE, o CMDT da Brigada de Reacção Rápida, o Exº MGen CARLOS ANTONIO CORBAL HERNANDEZ JERÓNIMO.



2. Em 12 Março decorreu a visita de S. Exª o Gen CEME, LUÍS PINTO RAMALHO à BRR, tendo sido a UALE a unidade anfitriã, durante a qual foi efectuada uma demonstração de Comando e Controlo com a montagem do PC táctico do Cmd da BRR pela CTm e CCS, subunidades da UALE.



3. Em 14 Março decorreu a visita do Exmº TGEN FERREIRA E COSTA por ocasião da cessação de funções como IGE.

INSPECÇÕES



1. Em 07 MARÇO decorreu uma visita da Inspeção Geral do Exército que incidiu sobre o processo de transformação do GALE em UALE, chefiada pelo COR LUÍS CORREIA AFONSO.

CAMPEONATOS DESPORTIVOS

1. No âmbito das Comemorações do 1º aniversário do Regimento de Manutenção, no dia 13MAR07 no Entroncamento realizou uma Prova de atletismo de



8.000 mts, pelas ruas daquela cidade, na qual a UALE participou com 21 militares.

A UALE obteve a seguinte classificação por equipas:

- 1º lugar escalão seniores femininos.
- 2º lugar escalão seniores masculinos

2. No período de 19 a 21 de Março, decorreu na Escola de Tropas Para-quedaistas, o campeonato desportivo de corrida e orientação – Fase Brigada, na qual participaram 13 elementos.

A UALE obteve a seguinte classificação por equipas:

- 3º lugar no 1º escalão masculino
- 4º lugar no 2º escalão masculino
- 1º lugar no escalão feminino

Neste campeonato estava em disputa o trofeu da Brigada de Reacção Rápida, tendo-se a UALE classificado em 3º lugar.

Promoções, Nomeações

PROMOÇÕES A:

COR Cav:

PEDRO MIGUEL ANDRADE DA FONSECA LOPES.
RUI JORGE DO CARMO CRUZ SILVA.

TCOR Cav:

JOSÉ MANUEL CARREIRO CRESPO.

CAP Grad:

MARIO ROCHA SILVA.
DUARTE JORGE HEITOR CALDEIRA.
FERNANDO JORGE FERREIRA LOPES.

CAP Cav:

NUNO ANDRÉ CARDOSO NUNES MOTA CAVALEIRO.
DUARTE MIGUEL DE CARVALHO CIGRE.
VENÂNCIO JOSÉ COUTO LEITÃO.
PEDRO NUNO ANTUNES FERREIRA.
JOSÉ MANUEL DOS SANTOS GUILHERME.
LUÍS PEDRO FERREIRA LEITE DOS S ALEIXO.
PEDRO MIGUEL TAVARES CABRAL.
HUGO DUARTE BENEVIDES PAMPLONA DE SOUSA.

TEN Cav:

RUTE ISABEL AREIAS DE MATOS
PAULO JORGE DE OLIVEIRA FERNANDES
TIAGO FILIPE PARREIRA PIRES
SÉRGIO MIGUEL CAPELO
SAMUEL DE FREITAS GOMES
TIAGO LIMA BACELAR E MELO
ANDRÉ DE FRAZÃO RODRIGUES MATEUS
FERREIRA

SMOR Cav:

JOSÉ PINTO ANGÉLICO.
JOSÉ FRANCISCO V. REALINHO.

TEN Cav PAULO FERNANDES
EPC

SCH Cav:

AMÂNDIO JOSÉ FREITAS DA SILVA.
PAULO JORGE MARQUES.
DOMINGOS MANUEL MARIQUITOS.
ANTÓNIO M. B. DO NASCIMENTO.
ANTÓNIO MANUEL F. RODRIGUES.
ERNESTO ARNALDO CLEMENTE.
LUÍS FILIPE PINHEIRO BARRADAS.

SAJ Cav:

GERMANO MANUEL MENDES BADALO.

A Direcção da Revista da Cavalaria manifesta os sinceros parabéns a todos os militares de Cavalaria promovidos!

NOMEAÇÕES:

COR Cav JOÃO PAULO SILVA ESTEVES PEREIRA,
Adjunto do Cmdt da BrigRR, para as Unidades da EBE e Comandante da UALE.

COR Cav RUI ALVES TAVARES FERREIRA Cmdt da UnAp/EME.

COR Cav LUIS NUNES DA FONSECA, Cmdt do RC6.

COR Cav JOSÉ ULISSES V. S. RIBEIRO BRAGA, 2º Comandante da ZMM.

TCOR Cav JOÃO MANUEL VERA GONÇALVES FERNANDES, 2º Comandante da EPC.

CAP Cav NUNO ANDRÉ CARDOSO NUNES MOTA CAVALEIRO, Cmdt do ERec/BrigInt.

TEN Cav FERNANDO JORGE FERREIRA LOPES, Cmdt do ERec/BrigRR.

Óbitos

COR REFORMA José Adriano da Silva Monteiro (F. 15-12-2006)

SAJ REFORMA José Toscano Milheiro (F. 17-02-2007)

TGEN ACTIVO António Alberto da Palma (F. 24-02-2007)

SAJ ACTIVO António Augusto Todo Bom (F. 13-03-2007)

A Direcção da Revista da Cavalaria manifesta os sentidos pêsames às famílias dos falecidos militares de Cavalaria. Que deus dê paz às suas almas.

O cavalo... e o homem

António José Saraiva escreveu, um dia, que tinha dúvidas sobre a fronteira da racionalidade apresentada por Descartes e exemplificava, dizendo, "é que basta olhar para os olhos de um cão para vermos que é gente". Pois bem, se olharmos para os olhos de um cavalo dificilmente pensaremos que é gente.

Falando-se do melhor amigo do Homem, entre gente julgo que será o cão; para além da gente, é certamente o cavalo. Com o cão o Homem constata dedicação, espera ansiosa, submissão, devoção, cumplicidade; com o cavalo houve um acordo de cavalheiros.

Depois de muito esforço o homem domesticou o cavalo e disse: "pertences-me". Mas o cavalo ripostou: "pertencemo-nos". "Como assim?" perguntou o homem. E o cavalo então respondeu longamente:

"Eu corro como o vento e só consigo apanhar; comigo serás poupado das longas e extenuantes caminhadas; juntos alcançaremos as presas que pretendes; juntos lutaremos contra as feras e animais que te queiram fazer mal; juntos poderemos realizar trabalho, produzir arte, ser espectáculo; juntos podemos trilhar o caminho da ética (então chamar-te-ão cavaleiro) e apresentamo-nos, também, como objecto de estética; comigo poderás obter aquela posição "a cavalo" de domínio das situações; seremos um todo equilibrado de inteligência (mais da tua parte) e beleza (esta da minha); podemos ser núncios de boa nova ou portadores das mensagens do apocalipse; juntos lutaremos contra os teus inimigos e nessa luta poderemos também morrer juntos. Mas mais do que tudo isto, eu dou-te capacidade de sonhar. Correr ao luar tentando apanhar a nossa sombra; cruzar estepes, subir montanhas, passar desfiladeiros e beber a água fresca que corre do Pamir, o tecto do Mundo; estarmos perdidos no deserto e, olhando as estrelas, ou confiando em mim, descobriremos o caminho do oásis; sentirmos o cheiro da pólvora, os gritos da carga e confundirmo-nos no caos; integrarmo-nos na caravana que faz a rota da seda; descansarmos em Samarcanda; correremos a destruir moinhos e dragões; e, por entre os gritos de guerra e o tropel dos meus irmãos, lançarmo-nos pelas margens do Luco na conquista do impossível e encontrarmos o reino das trevas.

Tudo isto te dou, tudo isto poderemos ser. E hoje, porque abundam os meus primos, vapor e mecânico, a quem falta o sopro da vida, eu tornei-me ainda mais precioso.

No nosso acordo, qual é, então, a tua parte? É simples. Tratares de mim. Tratares-me bem. E além disso, levas-me contigo no teu sonho".

General António Barrento

"Ode ao cavalo" da autoria do General António Martins Barrento, retirado do catálogo da exposição com o mesmo nome realizada na Livraria Vernay da Câmara Municipal de Oeiras (Abril/Maio 2007).

A Direcção da Revista da Cavalaria agradece ao Tenente-General Paiva Morão a gentileza de ter permitido a esta direcção o contacto com o texto e ao General Martins Barrento a autorização para a sua publicação. Bem hajam.